

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MARIANA RODRIGUES MARTINS**

**AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DAS PENSADORAS FEMINISTAS NEGRAS:  
LÉLIA GONZALEZ, SUELI CARNEIRO E CARLA AKOTIRENE NAS PESQUISAS  
ACADÊMICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL**

**SANTANA DO LIVRAMENTO**

**2024**

**MARIANA RODRIGUES MARTINS**

**AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DAS PENSADORAS FEMINISTAS NEGRAS:  
LÉLIA GONZALEZ, SUELI CARNEIRO E CARLA AKOTIRENE NAS PESQUISAS  
ACADÊMICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para avaliação na disciplina de Trabalho de Conclusão de curso II da Universidade Federal do Pampa, como requisito obrigatório para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Profa. Dra. Anna Carletti

De acordo,

**SANTANA DO LIVRAMENTO**

**2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

M386c Martins, Mariana Rodrigues

As contribuições teóricas das pensadoras feministas negras: Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carla Akotirene nas pesquisas das Relações Internacionais no Brasil / Mariana Rodrigues Martins.

88 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação) -- Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2024.

“Orientação: Anna Carletti”.

1. Lélia Gonzalez. 2. Sueli Carneiro. 3. Carla Akotirene. 4. Relações Internacionais.

**MARIANA RODRIGUES MARTINS**

**AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DAS PENSADORAS FEMINISTAS NEGRAS:  
LÉLIA GONZALEZ, SUELI CARNEIRO E CARLA AKOTIRENE NAS PESQUISAS  
ACADÊMICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para avaliação na disciplina de Trabalho de Conclusão de curso II da Universidade Federal do Pampa, como requisito obrigatório para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 02 de dezembro de  
2024

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Anna Carletti  
Orientadora  
UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento  
UNIPAMPA

---

Ellen Gomes Passos  
Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais

Dedico este trabalho àquelas que vieram antes de mim, que lutaram e resistiram para que meninas como eu ocupassem o espaço acadêmico.

## AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente à minha mãe Maria Cristina, que sempre me mostrou que através dos estudos eu poderia alcançar todos os meus objetivos e por me ajudar desde cedo a formar minha consciência racial, fazendo com que desde pequena eu me reconhecesse como uma mulher negra.

Às minhas irmãs Maitana e Mayana que também ajudaram a formar a mulher que sou hoje. Vocês são inspiração para mim!

Ao meu pai Jeferson, que incentiva meus estudos e está sempre disposto a me ouvir e a me ajudar quando preciso, pra sempre meu melhor amigo.

A minha tia Loiva, que além de acreditar em mim, me acolheu em sua casa como uma filha e me presenteou com um curso de tranças para que eu pudesse trabalhar sem desistir da universidade. Jamais esquecerei tudo que fez por mim e serei eternamente grata! A conclusão dessa etapa também é mérito seu.

Ao Bruno, meu amor e companheiro de todas as horas, serei eternamente grata por todas as vezes que tu pegou na minha mão e disse que eu era capaz. Obrigada pelos abraços quando a ansiedade vinha (e pela caminhada de madrugada para que ela fosse embora), pelas palavras de afirmação, pelas conversas e por todo apoio que me destes do começo ao fim.

À minha melhor amiga Grê, que nas boas e nas ruins está presente, sempre me apoiando, me ouvindo e aconselhando. Amiga, sou muito grata pela tua amizade!

Agradeço também a minha amiga Camila por compartilhar esse processo comigo com muita parceria, risadas e desesperos. Obrigada pelas mil mensagens no whats a cada dia e por aguentar meus áudios gigantescos apavorada com tudo. É um prazer viver esse momento contigo!

À minha querida orientadora e professora Anna Carletti, obrigada por acreditar na minha pesquisa desde o começo e me dar a oportunidade de ser a porta voz de algo tão importante para mim, para outras meninas negras e para as Relações Internacionais. Obrigada também por fazer a diferença como professora e valorizar outras perspectivas. A ti tenho muita admiração!

Finalmente, à Universidade Federal do Pampa, uma universidade de altíssima qualidade e de extrema importância para minha formação, não só acadêmica.

Principalmente ao Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígena (NEABI), que foi importante no meu processo de reconhecimento e pertencimento dentro da universidade, e que me proporcionou as melhores experiências dentro desse espaço. Ademais, agradeço também ao Centro de Estudos em Política, Relações Internacionais e Religião (Ceprir-Gen), para os mais íntimos, antigo Nep-gerel, que também foi importante para minha aproximação com o Feminismo Negro.

Àqueles que fizeram parte disso, eu amo cada um de vocês! À Universidade, Grata pelas experiências vividas!

“Toda universitária negra, pobre e brasileira domina três línguas: a que falamos em casa, a que falamos quando os brancos querem falar com uma pessoa negra que se prestam a tentar entender e a que falamos quando eles querem falar com outro branco, mesmo que você seja negra. Nesse equilibrismo poliglota e opressivo de ter que sair de uma periferia para ser você e ser outra ao mesmo tempo, o que está em jogo é a possibilidade de vender a autenticidade, fazer o malabar perfeito de uma criatura bem treinada em representar a imagem satisfatória da negra ascendente, mas que não esqueceu suas raízes”.

Evandro Cruz Silva.



## RESUMO

O campo das Relações Internacionais no Brasil, muitas vezes, opera com pouca diversidade de perspectivas teóricas e evidencia uma escassez ainda maior de contribuições de teóricas negras, que enfrentam barreiras adicionais decorrentes de desigualdades raciais e sociais. Conhecido como apagamento epistemológico, este fenômeno levanta questões cruciais sobre representatividade e inclusão na academia. Desde a institucionalização das RI no Brasil, observa-se uma lacuna significativa na incorporação de estudos raciais na área. Em decorrência disso, este estudo será embasado na visão decolonial, criticando as estruturas coloniais ainda presentes, utilizando o autor Aníbal Quijano e as autoras Maria Lugones, Françoise Vergès e Ochy Curiel. A problemática abordada é se as contribuições teóricas das pensadoras feministas negras: Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carla Akotirene estão presentes nas pesquisas acadêmicas das Relações Internacionais? Partindo da hipótese de que as contribuições teóricas dessas autoras ainda estão pouco presentes nas pesquisas devido às variáveis de machismo, racismo, sexismo e colonialidades que estruturam a academia. A partir daí, foi necessário: 1) analisar as produções teóricas de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carla Akotirene; 2) compreender de que forma as contribuições teóricas dessas pensadoras poderiam ser inseridas no aparato teórico tradicional das RI; e 3) pesquisar se e em que medida os conceitos dessas autoras estão presentes nas principais revistas brasileiras de Relações Internacionais. Por fim, a análise revelou que apesar da relevância dos temas descritos há um silenciamento histórico dentro do campo acadêmico em decorrência da herança euro-estadunidense que estrutura a disciplina, revelando a predominância das abordagens eurocêntricas e a consequente invisibilização das epistemologias do sul geopolítico. A pesquisa utilizou métodos qualitativos para elucidar teoricamente e criticamente as questões trazidas pelas três autoras, combinando revisão de literatura, análise de textos acadêmicos, teses e dissertações anticoloniais, pós-coloniais e decoloniais, utilizando hipóteses dedutivas para entender o impacto das questões de raça no campo das RI. E também utilizou a bibliometria para analisar a presença das autoras em 12 revistas científicas de RI no Brasil. A metodologia feminista, particularmente o feminismo negro, foi fundamental para a compreensão do seguinte estudo mantendo o lugar de fala da autora, uma mulher negra.

**Palavras chave:** Lélia Gonzalez. Sueli Carneiro. Carla Akotirene. Relações Internacionais.

## ABSTRACT

The field of International Relations in Brazil often operates with limited diversity in theoretical perspectives and shows an even greater scarcity of contributions from Black female theorists, who face additional barriers due to racial and social inequalities. Known as epistemological silencing, this phenomenon raises critical questions about representation and inclusion in academia. Since the institutionalization of IR in Brazil, a significant gap in the incorporation of racial studies into the field has been evident. Consequently, this study will be grounded in a decolonial perspective, criticizing the colonial structures that persist, drawing on theorists like Aníbal Quijano and authors Maria Lugones, Françoise Vergès, and Ochy Curiel. The issue addressed is whether the theoretical contributions of Black feminist thinkers: Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, and Carla Akotirene are present in academic research within International Relations. The hypothesis assumes that these authors' contributions remain underrepresented in research due to variables such as machismo, racism, sexism, and colonial structures that shape academia. From this, it was necessary to: 1) analyze the theoretical works of Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, and Carla Akotirene; 2) understand how the theoretical contributions of these thinkers could be integrated into the traditional theoretical framework of IR; and 3) investigate whether and to what extent the concepts of these authors are present in Brazil's leading International Relations journals. The analysis revealed that despite the relevance of these themes, there is a historical silencing within the academic field due to the Euro-American legacy that structures the discipline, exposing the dominance of Eurocentric approaches and the consequent invisibility of epistemologies from the Global South. The research employed qualitative methods to theoretically and critically elucidate the issues raised by the three authors, combining a literature review, analysis of academic texts, anticolonial, postcolonial, and decolonial theses and dissertations, using deductive hypotheses to understand the impact of race issues within the IR field. And it also utilized bibliometrics to analyze the presence of the authors in 12 scientific journals on International Relations in Brazil. Feminist methodology, particularly Black feminism, was essential to the understanding of this study, preserving the positionality of the author, a Black woman.

**Keywords:** Lélia Gonzalez. Sueli Carneiro. Carla Akotirene. International Relations.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Lélia Gonzalez.....	22
Figura 2 - Sueli Carneiro.....	28
Figura 3 - Carla Akotirene.....	33

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados coletados da revista Contexto Internacional - PUC-Rio.....	64
Tabela 2: Dados coletados da Revista Brasileira de Política Internacional RBPI - IBRI.....	65
Tabela 3: Dados coletados da revista Meridiano 47 Journal of Global Studies - UnB...	65
Tabela 4: Dados coletados da revista Século XXI: Revista de Relações Internacionais - ESPM.....	66
Tabela 5: Dados coletados da Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais - UFPB.....	66
Tabela 6: Dados coletados da revista Espirales - UNILA.....	67
Tabela 7: Dados coletados da revista Conjuntura Austral - UFRGS.....	67
Tabela 8: Dados coletados da revista Carta Internacional - ABRI.....	68
Tabela 9: Dados coletados da revista Monções: Revista de Relações Internacionais - UFGD.....	69
Tabela 10: Dados coletados da revista Mural Internacional - UERJ.....	70
Tabela 11: Dados coletados da revista Estudos Internacionais EI - PUC Minas.....	70
Tabela 12: Dados coletados da Revista de Estudos Internacionais REI - UEPB.....	71

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Presença de Lélia Gonzalez por revista.....	73
Gráfico 2: Presença de Amefricanidade por revista.....	73
Gráfico 3: Presença de Sueli Carneiro por revista.....	74
Gráfico 4: Presença de Epistemicídio por revista.....	74
Gráfico 5: Presença de Carla Akotirene por revista.....	75
Gráfico 6: Presença de Interseccionalidade por revista.....	75

## LISTA DE SIGLAS

**PUC-Rio** - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

**PUC-Minas** - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

**RBPI** - Revista Brasileira de Política Internacional

**IBRI** - Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

**IRI** - Instituto de Relações Internacionais

**UnB** - Universidade de Brasília

**ESPM** - Escola Superior de Propaganda e Marketing

**UFPB** - Universidade Federal da Paraíba

**Unila** - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

**UFRGS** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**ABRI** - Associação Brasileira de Relações Internacionais

**UFGD** - Universidade Federal da Grande Dourados

**UERJ** - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

**EI** - Estudos Internacionais

**REI** - Revista de Estudos Internacionais

**UEPB** - Universidade Estadual da Paraíba

**USP** - Universidade de São Paulo

**MNU** - Movimento Negro Unificado

**MCD** - Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade

**MMN** - Movimento de Mulheres Negras

**IAT** - Instituto Anísio Teixeira

**UCSAL** - Universidade Católica de Salvador

**UFBA** - Universidade Federal da Bahia

**ABPN** - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros

**OIG** - Organizações Intergovernamentais Internacionais

**ONG** - Organizações Não Governamentais Internacionais

**ONU** - Organizações das Nações Unidas

**ISSN** - International Standard Serial Number

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2. “A minha escrevivência transcende sua teoria”: o diálogo interdisciplinar a partir das contribuições Epistemológicas de Teóricas Negras.....</b>	<b>21</b>
2.2 Lélia Gonzalez e o conceito de Amefricanidade.....	22
2.3 Sueli Carneiro e o conceito de Epistemicídio.....	28
2.4 Carla Akotirene e o conceito de interseccionalidade.....	33
<b>3. “Quanto tempo faz que eles contam nossa história?”: explorando as raízes: o surgimento da disciplina e a hegemonia intelectual na academia.....</b>	<b>39</b>
3.1 Contexto histórico e político do surgimento da área acadêmica das RIs no Brasil e as teorias herdadas do Norte Global.....	40
3.2 Os novos debates teóricos de RI: Teoria Decolonial e Teorias Feministas.....	46
3.2.1. O diálogo entre as novas teorias e as teóricas do pensamento feminista negro: Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carla Akotirene.....	55
<b>4. “Ninguém vai falar por mim, eu tenho a minha voz! Então, deixa que eu conto”: (Des)colonizando as RIs.....</b>	<b>63</b>
4.1 Pesquisa bibliométrica das principais Revistas Brasileiras de Relações Internacionais.....	65
4.2 Análise e discussão dos dados.....	72
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O campo das Relações Internacionais no Brasil, muitas vezes, opera com pouca diversidade de perspectivas teóricas, limitando-se em teóricos clássicos eurocêntricos, em sua maioria homens brancos, já que “as RI são uma área na qual o pensamento predominante e considerado válido historicamente tem sido produzido por homens brancos do eixo euro-estadunidense” (Silva, 2021, p. 43). A partir daí, nota-se uma escassez ainda maior de contribuições provenientes de teóricas negras, que por sua vez, são mais afetadas dentro do campo hierárquico acadêmico, não apenas pela raça como também pela desigualdade social. Por isso, se faz necessário o recorte desta análise em raça e gênero. Este fenômeno, conhecido como apagamento epistemológico, levanta questões cruciais sobre representatividade, inclusão e a influência da hegemonia intelectual no desenvolvimento das teorias que moldam a compreensão das RIs.

Desde que iniciaram os estudos de Relações Internacionais no Brasil, mais precisamente após a institucionalização da área em 1974, com a criação do curso de RI na Universidade de Brasília - UnB, que emergiu o incentivo a refletir sobre as questões internacionais, visto como uma temática relevante a ser estudada também no contexto brasileiro. Com isso, desde então, observa-se uma lacuna significativa dentro dos estudos na academia brasileira, mas que vem ganhando força na atualidade, especialmente no que diz respeito ao campo de estudos raciais na área internacional. A pesquisa busca destacar a contribuição feita por pesquisadoras negras para debater de forma não clássica o estudo das RI no país, especialmente dentro das instituições federais e analisar essas perspectivas que, apesar de sua relevância e qualidade acadêmica, são frequentemente excluídas dos debates e currículos acadêmicos.

Para tanto, a análise será embasada na visão decolonial, que propõe uma crítica às estruturas coloniais ainda presentes e que como destaca Silva (2021, p. 38), “a disciplina das Relações Internacionais (RI) está intimamente relacionada com as hierarquias raciais”, visto que os idealizadores do saber, homens brancos e por vezes mulheres brancas, formam a hegemonia intelectual neste campo de estudos. Então, como ponto de partida, será fundamental a utilização do autor Aníbal Quijano e das autoras Maria Lugones, Françoise Vergès e Ochy Curiel, que brilhantemente



aprofundam seus estudos nessa teoria, ajudando a presente pesquisa a descolonizar os estudos aqui abordados.

Diante disso, destaca-se que o pensamento feminista negro emergiu como uma crítica às narrativas dominantes nas ciências sociais destacando as experiências e perspectivas das mulheres negras que foram historicamente silenciadas e marginalizadas não só nos movimentos feministas tradicionais como também nos movimentos negros. Como aprofundam as seguintes autoras:

[...] podemos identificar os contornos dinâmicos e não monolíticos de um Pensamento Feminista Negro que, mais que denunciar as múltiplas opressões que acometem as mulheres negras, tem buscado evidenciar as especificidades, inclusive epistêmicas, relacionadas a esse singular pertencimento que articula pensamento abstrato e ação pragmática. Um dos temas chave que permeiam o Pensamento Feminista Negro contemporâneo é a importância da autodefinição das mulheres negras, desafiando as imagens estereotipadas consolidadas (Castro; Dias, 2020, p. 545).

Portanto, embora o Pensamento Feminista Negro tenha sido gradualmente assimilado nesses campos, ainda enfrenta desafios significativos, especialmente nas Relações Internacionais, um campo acadêmico relativamente novo no Brasil.

A pesquisa busca, portanto, responder ao seguinte problema de pesquisa: As contribuições teóricas das pensadoras feministas negras: Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carla Akotirene estão presentes nas pesquisas acadêmicas das Relações Internacionais?

A hipótese que será verificada é de que as contribuições teóricas das autoras, como os conceitos utilizados por elas: amefricanidade, epistemicídio e interseccionalidade, ainda estão pouco presentes nas pesquisas acadêmicas das Relações Internacionais, por conta das variáveis machismo, racismo, sexismo e colonialidades que estruturam a academia e que podem influenciar na seleção e reconhecimento das teorias que são consideradas legítimas e relevantes. Sendo assim, essa forma de dominação social poderia marginalizar perspectivas que questionam a hegemonia do conhecimento produzido, o que ocasionaria no desmerecimento das teorias desenvolvidas por essas pensadoras feministas negras do Sul Global.

O tema examinado na seguinte pesquisa é de extrema importância para as instituições federais do país e para os estudos de modo geral, pois coloca em evidência uma primeira questão fundamental: a representatividade gerada pela utilização de escritas contra hegemônicas promovendo uma diversidade de perspectivas no ambiente acadêmico, sobretudo, de mulheres negras,

pesquisadoras, professoras, filósofas e historiadoras brasileiras que sofrem com essa invisibilização. Ao investigar e trazer à tona as contribuições dessas mulheres para o campo das Relações Internacionais, este estudo propõe uma reflexão sobre o processo de silenciamento que historicamente afetam essas autoras e suas escritas.

Além disso, o estudo evidencia a desigualdade social que faz com que meninas negras não ocupem a universidade em grande proporção, oferece ferramentas analíticas importantes para a desconstrução de discursos e práticas que reproduzem desigualdades e preconceitos, desmantelando a hegemonia intelectual existente, contribuindo assim, para a construção de um ambiente acadêmico que seja mais justo e equitativo, a fim de assegurar o entendimento das relações de raça e poder no sistema internacional. Além do mais, fornece uma contribuição de teóricas negras brasileiras que enriquecem diversos campos de estudo, para além das relações internacionais.

Além do mais, este estudo aporta conceitos fundamentais para a compreensão da situação histórica, política e social do Brasil e de seu entorno geográfico. Parte-se do pressuposto que a utilização desses conceitos, que sustentam o pensamento feminista negro, no campo acadêmico das Relações Internacionais enriqueceria significativamente esse âmbito de estudo no Brasil. As pesquisas dessas autoras, com suas vivências e saberes pessoais, poderiam agregar novas perspectivas, para além das normalmente estudadas. Ademais, essas contribuições conseguiriam desafiar e complementar as teorias existentes.

Por fim, esta pesquisa, além de buscar destacar as dinâmicas globais sob uma visão não clássica, ela parte de uma abordagem feminista, particularmente o feminismo negro, tendo como um ponto relevante e pessoal para a seguinte autora, contribuir como resistência, gerando um sentimento de pertencimento a mulheres que sentem dificuldades em se verem em qualquer posição de poder, principalmente dentro da universidade, agregando a sensibilidade na visão e elaboração deste estudo, mantendo o lugar de fala da mesma, uma mulher, feminista, acadêmica e preta, a fim de reconhecer as contribuições únicas das teóricas negras para a construção do conhecimento internacional.

Portanto, como afirma Lima; Silva (2020, p. 1) “Aprendemos com a irreverência da escrita e criticidade de Lélia Gonzalez, também uma intelectual negra, que este lugar (a academia) nos pertence e aqui vamos ficar”. Os passos percorridos para alcançar o principal objetivo deste trabalho, baseiam-se: em

primeiro lugar, analisar as produções teóricas de três pensadoras feministas: Gonzalez, Lélia. *Por um feminismo Afro-latino-americano*, 2020; Carneiro, Sueli. *Enegrecer o feminismo*, 2003; e Akotirene, Carla. *Interseccionalidade*, 2019; em segundo lugar, compreender de que forma as contribuições teóricas das três pensadoras poderiam ser inseridas no aparato teórico tradicional das teorias de RI; e por fim, o último objetivo é pesquisar se e em que medida os conceitos e as três autoras analisadas no primeiro objetivo estão presentes nas principais revistas brasileiras de *Relações Internacionais*.

Para a realização deste estudo na parte teórica, um dos métodos utilizados foi a pesquisa qualitativa, isto é: “a informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números, ou então os números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise” (Dalfovo, 2008, p. 9), a fim de elucidar de maneira teórica e crítica as questões e conceitos fundamentais trazidas pelas três autoras. Da mesma forma, será examinada a construção histórica e política do aparato teórico de *Relações Internacionais* ao ser feito um contexto histórico do nascimento da disciplina, sua origem e em seguida seu surgimento no Brasil, seguido de uma contextualização da estrutura racista que assolou a construção do país.

Sucessivamente, com o intuito de adicionar elementos importantes para a conclusão do estudo, o outro método utilizado será a pesquisa bibliométrica, onde “a principal atividade, no qual a bibliometria baseia-se, é a análise de citações, realizadas entre o texto citante e o trecho citado” (Pimenta, 2017, p. 3), que será aplicada para fornecer dados relevantes se e em que medida essas autoras são utilizadas nas pesquisas acadêmicas de RI, já que “a bibliometria se utiliza de dados extraídos de publicações científicas. [...] Diante do contexto, os indicadores são atribuídos para medir a qualidade científica baseando-se na avaliação das publicações e dos seus conteúdos” (Pimenta, 2017, p. 7/8), isso foi feito com o auxílio do Software Harzing's Publish or Perish versão 8.16.4790.9060.

Esta análise foi feita por meio de revistas científicas da área, usando como critério de escolha: revistas de alguns cursos de *Relações Internacionais* das várias regiões do Brasil, tanto federais quanto estaduais e privadas, como PUC Minas, PUC-Rio, UNILA, UnB, UFPB, UFRGS e UFGD. Foram escolhidas 12 Revistas, sendo elas: a *Contexto Internacional* - PUC-Rio, *Revista Brasileira de Política Internacional* RBPI - IBRI; *Meridiano 47 Journal of Global Studies* - UnB; *Século XXI*:

Revista de Relações Internacionais - ESPM; Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais - UFPB; Revista Espirales - UNILA; Conjuntura Austral - UFRGS; Carta Internacional - ABRI; Monções: Revista de Relações Internacionais - UFGD; Mural Internacional - UERJ; Estudos Internacionais EI - PUC Minas; e Revista de Estudos Internacionais REI - UEPB.

A partir de uma abordagem interdisciplinar, a pesquisa vai combinar revisão de literatura, análise em textos acadêmicos, teses e dissertações anticoloniais, pós-coloniais e decoloniais, além das seguintes obras a serem analisadas: Gonzalez (2018); Carneiro (2003); e Akotirene (2019). Além de serem utilizadas hipóteses dedutivas para entender o impacto das questões de raça no campo das Relações Internacionais e por meio da metodologia feminista, particularmente o feminismo negro, mantendo o lugar de fala da autora.

## 2. “A minha escrevivência transcende sua teoria”<sup>1</sup>: o diálogo interdisciplinar a partir das contribuições Epistemológicas de Teóricas Negras

A construção de conhecimento no campo das Ciências Sociais tem sido historicamente marcada pelo silenciamento de novas perspectivas, que frequentemente marginaliza vozes e saberes do Sul Global. No Brasil, essa dinâmica se manifesta na marginalização das contribuições de pensadoras feministas negras, como por exemplo, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carla Akotirene. Essas autoras utilizadas na seguinte pesquisa são exemplos marcantes de intelectuais que, através de suas escritas e práticas, desafiam e expandem os limites do campo das ciências sociais introduzindo abordagens interseccionais. Ademais, evidencia-se a importância do diálogo interdisciplinar possível pela contribuição das valiosas epistemologias das mesmas autoras.

Neste capítulo, será explorado como as epistemologias dessas teóricas não apenas enriquecem o debate acadêmico, mas também proporcionam um diálogo interdisciplinar que transcende as barreiras tradicionais do conhecimento dentro da

---

<sup>1</sup>A expressão utilizada refere-se a canção de Bia Ferreira, “Deixa que eu conto”, cuja letra expressa:

“Quanto tempo faz que eles contam nossa história?  
 Quanto tempo faz que constroem nossa memória?  
 Eu vim pra contar que, tão certo como o agora  
 Eu estarei nas linhas que contam nossa vitória!  
 Estudam o meu povo, acham tudo isso exótico  
 Viver na minha pele tu não quer!  
 E fica óbvio o seu fetiche com a pobreza Isso me assusta!  
 Não vê que reproduz tudo aquilo que acusa no outro?  
 E já vem querer biscoito  
 Minha empregada é como da família?  
 Eu tenho nojo!  
 Deixa que eu conto Angela Davis já dizia  
 Não basta só o discurso, tem que ser antirracista  
 Falando ponto a ponto  
 E depois desse encontro eu não aceito mais desculpa, que cê não sabia  
 A minha escrevivência transcende sua teoria  
 O que tá no seu caderno, eu vivo no dia a dia  
 É Representatividade!  
 É nós por nós  
 Ninguém vai falar por mim  
 Eu tenho a minha voz!  
 E se minha voz em algum momento falhar  
 Posso te garantir, tem muita preta pra falar  
 Então Deixa que eu conto a minha história  
 Eu me represento  
 Recebo as glórias  
 Aprendo com as minhas  
 E tão certo como o agora  
 Eu estarei nas linhas que contam nossa vitória!”.

academia. A partir da “escrevivência”<sup>2</sup>, essas autoras oferecem perspectivas críticas fundamentais ao introduzirem conceitos que enriquecem os estudos, ora da grande área das Ciências Sociais ora especificamente citando suas contribuições nas Relações Internacionais, quando dialogam com o sistema internacional a partir de suas próprias visões específicas. Dessa forma, inicia-se esta análise ressaltando a importância de reconhecer e incorporar ao debate essas vozes e suas contribuições teóricas.

Portanto, ao evidenciar a relação existente entre as autoras negras escolhidas fica claro o quanto elas podem contribuir com suas epistemologias para qualquer campo de estudos. A contribuição de cada uma delas, além de dialogarem entre si, dentro de suas perspectivas feministas, promoveria debates enriquecedores no campo multidisciplinar.

## 2.2 Lélia Gonzalez e o conceito de Amefricanidade

Figura 1 - Lélia Gonzalez



Fonte: Ecoa Uol, 2023.

---

<sup>2</sup> “Neste livro de corte tanto biográfico quanto memorialístico, nota-se o que a autora chama de escrevivência, ou seja, a escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil” (Oliveira, 2009, p. 622). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/X8t3QJ5dMTjPTMJhLtwgc/?lang=pt&format=html>.

Lélia de Almeida, como mostra a imagem acima, em homenagem ao seu nascimento, que completou 88 anos em 2023, é a 17ª filha de uma mulher de ascendência indígena, chamada Urcinda Serafim de Almeida, e Acácio Joaquim de Almeida, um homem negro, foram importantes no processo que fez do ambiente em que Gonzalez cresceu, um ambiente que lhe proporcionou uma forte consciência social desde cedo. Ela era uma mulher negra que se tornou intelectual, antropóloga, política, professora, militante e feminista, nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 1º de fevereiro de 1935. Aos sete anos, após o falecimento de seu pai, migrou com a família para o Rio de Janeiro, onde seu irmão mais velho, Jorge, jogador do Flamengo, proporcionou suporte financeiro para a família, o que marcou o início da melhora de sua trajetória de vida. A partir daí, com o suporte também da família que sua mãe trabalhava, estudou em escolas do centro como a profissional feminina Rivadávia Corrêa, na década de 40, e no Colégio Dom Pedro II, na década de 50, onde teve a oportunidade de estudar línguas estrangeiras.

No Rio de Janeiro, Lélia Gonzalez realizou duas graduações de História e Geografia, na Universidade da Guanabara, depois concluiu o curso de Filosofia, o que lhe permitiu se estabelecer como professora secundária e, posteriormente, seguir uma carreira docente em instituições renomadas como a PUC/Rio e a UERJ. Seu casamento inter-racial, que lhe conferiu o sobrenome Gonzalez, e a inserção em círculos sociais da classe média carioca refletiam um processo de ascensão social e uma tentativa de integração em um “mundo dos brancos”, período que a mesma evidenciou um processo de branqueamento:

houve, por exemplo, uma fase na minha vida em que fiquei profundamente espiritualista. Era uma forma de rejeitar o meu próprio corpo. Essa questão do branqueamento bateu forte em mim e eu sei que bate muito forte em muitos negros também. Há também o problema de que, na escola, a gente aprende aquelas baboseiras sobre os índios e os negros, na própria universidade o problema do negro não é tratado nos seus devidos termos. Esse processo (...) só parou quando eu casei.<sup>3</sup>

A forte reação contrária da família branca do marido e, mais tarde, o suicídio dele levaram-na a uma total reavaliação. A psicanálise e o candomblé reconciliaram Lélia com sua condição de mulher negra, permitindo que ela imprimisse um novo rumo à sua vida e às suas análises acerca da cultura brasileira (Bairros, 1999, s/p).

Foi neste contexto que a experiência pessoal de historiadora com o preconceito e a discriminação a levou a ingressar na militância política, após o

---

<sup>3</sup> O Pasquim (Entrevista), nº 871, 20 a 26/3/1986. Disponível em: 20990-Artigo-71612-1-10-20170126.pdf.

suicídio de seu marido pela não aceitação da família com seu casamento. Na década de 1970, envolveu-se profundamente com o movimento negro e feminista, tornando-se uma voz poderosa contra o racismo e a desigualdade de gênero. A militante Lélia foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, em meio a ditadura militar, tendo uma significativa atuação, que para ela “consistiu no mais importante salto qualitativo nas lutas da comunidade negra brasileira, na década de setenta [...] justamente porque o MNU conquistou espaços políticos que exigiram esse avanço por parte delas” (Bairros, 1999, s/p). Mas nesse período ela evidenciou e ganhou destaque em seu trabalho por enfatizar a interseccionalidade entre raça e gênero, abordando questões que muitas vezes eram negligenciadas tanto pelo movimento feminista quanto pelo movimento negro da época.

Lélia Gonzalez deixou uma marca na academia e na sociedade brasileira, juntando-se às lutas políticas de outros ativistas negros, participando significativamente denunciando a violência contra a população negra durante a ditadura militar, bem como a valorização das lutas negras na América Latina também através de seus escritos e palestras. Sua obra criticou vigorosamente a ideologia da democracia racial, fortemente fomentada no período militar brasileiro, desmascarando mitos sobre a miscigenação e destacando a violência contra as mulheres negras no período colonial. Ela também contribuiu para o enegrecimento do feminismo, destacando a necessidade de uma abordagem plural que incluísse as experiências das mulheres negras, o que, posteriormente, faria com que Lélia se tornasse uma ativista feminista tanto no cenário nacional quanto no internacional.

De acordo com Ratts (2010, p. 95), a participação da autora aos coletivos femininos negros na década de 70 constituíram uma ferramenta importante para sua formação.

A formação de núcleos e coletivos femininos negros com fins políticos ocorreram no interior do movimento negro nos finais dos anos de 1970. As ativistas são unânimes em ressaltar a postura e comportamentos machistas de seus companheiros militantes, que nas entidades foram expressas pela postura autoritária frente às mulheres, pelo controle das falas, pelas ameaças verbais e pelo domínio das estruturas decisórias. Tudo isso acontecia a despeito das mulheres serem presença constante e constitutiva nas organizações.

Dentro do movimento feminista, Lélia enfrentou resistência, muitas vezes sendo vista como "criadora de caso" por não se alinhar às visões dominantes das feministas brancas. Ela defendeu a criação de grupos de mulheres negras para



abordar as especificidades de suas experiências e lutas. Em uma entrevista ao jornal *Mulherio*, Gonzalez diz que “o 13 de maio trouxe benefícios para todo mundo, menos para massa trabalhadora negra”<sup>4</sup>, como forma de crítica a invisibilização das mulheres negras e a marginalização destas no mercado de trabalho, comparando as trabalhadoras domésticas contemporâneas às mucamas do período escravocrata.

Além do mais, ela é uma figura central para o entendimento do feminismo latino americano, além de que, desempenhou um papel fundamental na compreensão das Relações Internacionais por ter uma abordagem transnacional que destaca e consagra a diáspora africana na construção da identidade brasileira. A autora oferece perspectivas que de forma interdisciplinar e crítica, mesmo assim, seus pensamentos são vistos como irrelevantes. Como é colocado por Nogueira e Messari (2005, p. 230), ao se referir a justificativa da importância de pautas consideradas que, “na condição de autores, apesar de citarem questões feministas, os mesmos colocam que a possível marginalização desses assuntos se dá por sua irrelevância”. No entanto, Lélia desafia os paradigmas estabelecidos pela branquitude, conceito que refere-se a:

A branquitude significa pertença étnico-racial atribuída ao branco. Podemos entendê-la como o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não brancos, dessa forma, significa ser menos do que ele. Ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura, e vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais. (Muller; Cardoso, 2017, p. 17).

Neste contexto, seu feminismo defende que não se pode separar gênero de raça e defende que “seria suficiente substituir os termos “homens e mulheres” por “brancos e negros” (ou indígenas), respectivamente, para se ter uma excelente definição de racismo” (Gonzalez, 2020, s/p). Sua visão parte de seu entendimento interseccional, outra característica da visão de feminismo da autora, que enfatiza: “exatamente porque tanto o sexismo como o racismo partem de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação” (Gonzalez, 2020, s/p). Portanto, a mulher negra sofre com essas duas opressões.

Dessa forma, “[...] ocorreu um deslocamento na produção intelectual de Lélia Gonzalez tanto em direção dos ensaios políticos às abordagens culturais, quanto do ponto de ligação do nacional ao internacional” (Do Nascimento, 2022, s/p), fazendo

---

<sup>4</sup> (*Mulherio*, ano I, nº 4, novembro/dezembro de 1981, p. 9). Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/5cd75a85-eab6-433d-8cd8-90b056b6f7c5>.

com que nascesse através de seu estudo transnacional, seu feminismo Latino Americano, composto por mulheres pretas e ameríndias.

Nesta perspectiva, entende-se que “a nomeação da América foi construída primeiramente de maneira europeia pelos discursos [...] que caracterizavam a Europa como padrão para práticas, organização social e modo de vida” (Rocha, 2013, p. 374). Desse modo, a autora cria a “América Ladina”, que serviu para divergir do feminismo convencional, pautado na luta de mulheres norte-americanas e europeias, para denunciar que mulheres não brancas e suas pautas não eram acolhidas dentro desse feminismo, e assim, ressignificar etnograficamente de que mulheres ela estaria falando. Por conseguinte, “o termo amefricanas /amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo” (Gonzalez, 2020, s/p).

Ao falarmos sobre o estudo de gênero nas disciplinas das ciências sociais, que mesmo com uma crescente incorporação e mesmo vivenciando uma invisibilidade com relação a temática, é que emerge a teoria feminista com intuito de abordar esse tema. Dentro desta ótica, a aplicação do conceito de amefricanidade aparece como uma forma de inclusão que vai além da teoria feminista, “a amefricanidade simboliza uma categoria político-cultural na qual ultrapassa barreiras de três frentes: ideológicas, linguísticas e territoriais” (Do Nascimento, 2022, s/p). Segundo o blog Mulheres de luta (2022, s/p), Lélia afirmava que

Para ela, a negritude brasileira não estava nem na África, nem nos Estados Unidos. Ela não negava a importância da África para nós, mas considerava que no Brasil, a África se manifestava a partir das nossas realidades, com o nosso candomblé, capoeira, e outros valores da cultura negra. Lélia Gonzalez defendia o rompimento com a dicotomia entre colonizador e colonizado, e suscitava o protagonismo do colonizado na transmissão de valores para a formação cultural [...] Com base nesse pensamento a pensadora cunhou o conceito de amefricanidade que se refere à experiência de mulheres e homens negros na diáspora, bem como a experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial.

Outra forma de retratar a versatilidade do conceito é falando sobre sua abordagem com relação à religiosidade, onde “Lélia Gonzalez explora a criação das Irmandades Católicas Negras no período escravista brasileiro para demonstrar uma expressão concreta da Amefricanidade no passado, deixada como legado” (Cardoso, 2019, p. 45). Para ela, iniciava-se a América a partir do momento que trouxesse à tona as formas como essa população encontrava para sobreviver e

garantir a manutenção de suas crenças, culturas e saberes, essas irmandades eram uma delas.

Em seguida, destaca-se a importância da amefricanidade nos movimentos sociais para a manutenção cultural da população negra. Além do mais, a contribuição que a amefricanidade gera nas universidades e, claramente, o impacto que isso causa nas populações negras que ocupam esses espaços repletos de herança colonial, não só com relação ao Brasil, mas a todos os países já colonizados fomenta a importância do estudo destes termos apresentados por Lélia. Vemos como um exemplo a linguagem, como ressalta Viana (2006, p. 170), o pretuguês, de Lélia, é caracterizado pela troca da letra r por l, como por exemplo, “framengo”, por ser uma marca linguística de um idioma africano cuja a letra l não existe. Por isso, a ignorância vem de quem desconhece a relação cultural entre essas duas línguas e “ao mesmo tempo em que acham um barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá. Não sacam que tão falando pretuguês” (Gonzalez, 1984, p. 238).

Em suma, é fundamental compreender em que se baseia a ideia de Amefricanidade, uma das mais valiosas contribuições teóricas da carreira de Lélia Gonzalez, que nos ensina a “escutar essas vozes, aprender com as vivências da rua e desses corpos marginalizados” (Mortari; Wittmann, 2020, p. 13). Utilizar o termo em campos acadêmicos, explicaria e valorizaria de forma única a identidade de povos amefricanos, valorizando suas contribuições históricas, culturais e sociais de forma fundamental, pois “é imperativo englobar a riqueza dos saberes produzidos nas margens, seja do Sul, seja do Norte não-imperial, pois estes podem, em grande medida, oferecer chaves importantes para pensarmos as realidades desafiadoras do Brasil e do mundo” (Mortari; Wittmann, 2020, p. 13).

Enfim, isso favoreceria a um senso coletivo de pertencimento as pessoas que vivem os rastros da colonização a partir do racismo, pois é necessário “amefricanizar” as nossas Universidades como forma de resistência contra-colonial epistêmica, psíquica e física (Mortari; Wittmann, 2020, p. 13).

### 2.3 Sueli Carneiro e o conceito de Epistemicídio

**Figura 2 - Sueli Carneiro**



Fonte: André Seiti/Itaú Cultural

Aparecida Sueli Carneiro, mostrada na fotografia acima, em frente a uma árvore com raízes aparentes, podendo ser lida como uma imagem simbólica que busca a valorização de suas origens e seu compromisso com a luta por igualdade de raça e gênero. Por isso é considerada uma das mais relevantes pensadoras do movimento negro no Brasil. Nasceu e cresceu no bairro da Lapa, em São Paulo, no dia 23 de junho de 1950, porém foi registrada um dia depois. O pai, José Horácio Carneiro, ferroviário e amante da leitura, e a mãe, Eva Camargo Alves, dona de casa, sempre incentivaram Sueli a valorizar a educação e a cultura, onde desde cedo esteve envolvida com a escrita tendo o privilégio de ser alfabetizada pela mãe. Ainda assim, “o exemplo machista que teve com o pai e os conselhos que recebeu da mãe despertaram em Sueli percepções que a acompanham até hoje, além do assunto ser objeto constante de suas análises” (Lourenço, 2022, p. 353) já que ela vivenciava a submissão de sua mãe ao pai, que deixou de trabalhar ao se casar.

O choque despertado pela dominação patriarcal e o incentivo de sua mãe a fizeram perceber a necessidade de estudar para ter uma profissão e não depender de marido algum. O mesmo ocorreu em relação ao racismo, que a levou a aprender a se defender sozinha, o que lhe rendeu o estigma de briguenta desde muito cedo (Lourenço, 2022, p. 353).

Todo o incentivo dado pela mãe funcionou e Sueli formou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), onde também concluiu o mestrado e o doutorado em Educação, tornando-se, a partir daí, filósofa, escritora, e uma ativista renomada em território brasileiro. Foi na universidade que teve seu primeiro contato com movimentos estudantis e integrantes do movimento negro. Sua tese de doutorado, intitulada "A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser", é um marco na análise das estruturas raciais e de gênero no Brasil, explorando como a identidade negra é construída a partir de um viés de desvalorização e marginalização. Como acadêmica, é uma voz proeminente na literatura afro-brasileira e feminista

Por volta de 1983, a ativista tomou frente pela reivindicação da inclusão de mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina, criada pelo Estado de São Paulo, no período de redemocratização do Brasil, que inicialmente tinha a participação de 32 mulheres, mas nenhuma negra. Em seguida, nos anos 1988, a filósofa foi uma das fundadoras do Geledés — Instituto da Mulher Negra, uma das principais organizações de defesa dos direitos das mulheres negras no Brasil. Seu ativismo no instituto é marcado pela luta contra o racismo e o sexismo, buscando a valorização da identidade afro-brasileira e a inclusão de mulheres negras em todos os espaços da sociedade.

Nesse contexto, ela forma a primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. Além disso, “foi convidada para integrar o Conselho Nacional da Condição Feminina, em Brasília e criou o único programa brasileiro de orientação na área de saúde específico para mulheres negras”<sup>5</sup>. Ela também participou do Movimento Negro Unificado (MNU), que teve um papel crucial na denúncia das desigualdades raciais e na promoção de políticas afirmativas. Sua atuação no MNU ajudou a consolidar uma agenda de combate ao racismo estrutural no país.

Diferentemente de outras/os intelectuais negras/os, Sueli Carneiro não era militante orgânica do Movimento Negro Unificado. Apesar disso, sua trajetória foi fortemente marcada por estar presente naquele primeiro ato e o Movimento foi muito importante para os caminhos teóricos que ela seguiu, além da expansão da compreensão política da autora. O amadurecimento político a leva a perceber o forte machismo no interior do movimento negro. A esta altura, ela “já era suficientemente feminista para perceber o sexismo que pairava por ali. Percepções e incômodos que ainda não estavam formulados”. As mulheres começaram a perceber que elas estavam

---

<sup>5</sup> Disponível em: [Sueli Carneiro - Literatura Afro-Brasileira \(ufmg.br\)](http://www.ufmg.br/literatura/afro-brasileira/sueli-carneiro).

contraditoriamente excluídas dentro do próprio movimento que deveria acolhê-las (Lourenço, 2022, p. 355).

Sueli Carneiro é autora de obras que incluem ensaios, artigos e livros que discutem as relações raciais e de gênero no Brasil. Entre suas principais publicações estão: *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil* (2015), uma coletânea de ensaios que aborda as complexas interações entre raça, gênero e classe, propondo uma visão crítica sobre as políticas públicas e a sociedade brasileira. Há também “*Mulheres Negras: Cultura e Identidade*”, este destaca a contribuição das mulheres negras para a construção da cultura brasileira, enfatizando a resistência e a resiliência diante das opressões históricas. Posteriormente, Carneiro também é editora da revista “*Cadernos de Saúde Pública*”, onde publicou diversos artigos que exploram a saúde da população negra e as disparidades enfrentadas nesse campo.

Ao longo de sua vida, Carneiro recebeu diversas honrarias e prêmios em reconhecimento por sua contribuição à luta pelos direitos humanos e pela igualdade racial e de gênero. Entre as distinções, destacam-se o Prêmio Bertha Lutz - Mulher cidadã (2003), concedido pelo Senado Federal em reconhecimento à sua atuação em prol da igualdade de gênero e foi, em 2022, a primeira mulher negra a receber o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade de Brasília (UnB).

Após identificar sua trajetória, se torna fácil reconhecê-la como “uma das mais expoentes teóricas brasileiras do século XXI, com importantes contribuições para o feminismo negro no Brasil, violência política, gênero, raça e racismo” (Carneiro, 2018, p. 52). Sendo uma de suas principais contribuições a criação do termo epistemicídio racial que se encaixa perfeitamente nas ciências sociais quando falamos em apagamento epistemológico, onde o primeiro passo consiste em revelar as outras possibilidades de narrativas que podem ser inseridas nestas disciplinas, “que exclui do seu campo visual uma miríade de conhecimentos historicamente subjugados, saberes não hegemônicos, antirracistas, anti-patriarcais e anti-capitalistas” (Fernández, 2019, p. 459).

Em seu pensamento feminista, Carneiro (2003, p. 1) evidencia que “a violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades”. Seu trabalho inclui uma intersecção de racismo e sexismo que moldam as experiências das mulheres negras, levando em consideração que quando falamos no mito da fragilidade feminina, o questionamento feito é: “de que mulheres estamos falando? Se nós mulheres negras nunca fomos

tratadas como frágeis” (Carneiro, 2003, p. 2). As colocações da autora formam o chamado “enegrecendo o feminismo”:

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil (Carneiro, 2003, p. 118).

Partindo desse pressuposto, “entre os privilégios que a branquitude acadêmica tem conferido a si própria estão a autorização discursiva, a ocupação massiva na docência, na pesquisa e na gestão universitárias” (Lima; Silva, 2020, p. 1), o que vem de encontro ao que Fernández (2019, p. 468) expõe, que onde “nega-se o acesso à educação, produz-se a inferiorização intelectual, deslegitima-se o negro como produtor de conhecimento e rebaixa-se sua capacidade cognitiva”, e o epistemicídio fere a capacidade do negro em aprender e se desenvolver nesses espaços.

Paralelamente, a autora usa o termo "epistemicídio" para descrever a sistemática destruição e desvalorização dos conhecimentos e das epistemologias de povos subalternizados, particularmente das mulheres negras, já que segundo ela, Carneiro (2003), a violação colonial que os senhores brancos exercem contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante, dá na origem em todas as construções de nossa identidade nacional e não seria diferente nos espaços acadêmicos.

Carneiro argumenta que essa prática não apenas marginaliza as contribuições intelectuais dessas comunidades, como também as fragiliza. Nesse sentido, “novas figuras teóricas se engendram no pensamento crítico emancipatório, não da literatura branca, colonizadora, mas, sobretudo, de narrativas que envolvem saberes da negritude [...]” (Carneiro, 2018, p. 53), fomentando essa emancipação para a comunidade negra. Dentro dessa ótica, a autora desenvolveu o termo “epistemicídio racial”:

Sueli reelabora um importante conceito criado pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos: o epistemicídio. [...] Sueli cria o conceito de epistemicídio racial para discorrer sobre a tentativa de silenciar, apagar as memórias negras, os saberes e culturas da população afro-brasileira, sobretudo com

ênfase nas mulheres pretas, grupos quilombolas e indígenas, por serem historicamente grupos étnicos mais oprimidos na sociedade brasileira (Carneiro, 2018, p. 53).

Essas premissas apontam que no Brasil a falta de acesso gerado a essa população desencadeou “o estabelecimento de um sistema de descrédito aos modelos de conhecimento de africanos, indígenas e seus descendentes” (Santos; Pinto; Chirinéa, 2018, p. 954), cerceando a construção de novas narrativas no campo acadêmico com base em suas vivências, culturas e modos de viver, e isso demonstra que não se pode ignorar as demandas de gênero e raça. Assim sendo, observa-se que há uma validação na manutenção de epistemologias hegemônicas que definem “quais devem ser o sujeito e o objeto do conhecimento” (Santos; Pinto; Chirinéa, 2018, p. 954) e colocam as outras formas de saberes como periféricos.

As colocações da autora Grada Kilomba, em sua palestra “Descolonizando o conhecimento”, nos ensina que as dinâmicas de poder que formam as produções e a disseminação de conhecimento são eurocêntricas. Com isso, há um certo medo dos detentores do saber de que “se o/a colonizado/a falar, o/a colonizador/a terá que ouvir e seria forçado/a a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do Outro” (Kilomba, 2008, p. 2), querendo dizer que, como se isso fosse um segredo, não se pode falar sobre escravidão, racismo ou colonialismo, pois isso seria colocar em evidência questões resultantes de diferentes formas de violências, como a violência epistêmica que “é uma forma de não reconhecimento do pensamento produzido pelas intelectuais que elaboram saberes e conhecimentos descentrados dos cânones acadêmicos e das teorias do Norte Global” (Irineu, 2018, p. 3). Dito isso, quando falamos de qualquer tipo de violência é preciso considerar o gênero e a raça.

Partindo de seu discurso ela diz que “para descolonizar o conhecimento, temos que entender que todos/as nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas” (Kilomba, 2008, p. 7), justamente o que os autores mencionados acima dizem sobre os causadores do epistemicídio promoverem o apagamento de histórias específicas, escolhendo quem pode ou não falar. Portanto, reconhecer e valorizar as epistemologias marginalizadas não é apenas para ampliar o escopo do conhecimento acadêmico, mas “Descolonizar o conhecimento significa criar novas configurações de conhecimento e de poder”



(Kilomba, 2008, p. 8), permitindo uma verdadeira diversidade epistemológica que reflita as múltiplas realidades e experiências humanas.

#### 2.4 Carla Akotirene e o conceito de interseccionalidade

Figura 3 - Carla Akotirene



Fonte: Alô Alô Bahia, 2024.

Carla Adriana da Silva Santos ou Carla Akotirene, como é conhecida, é uma figura de extrema relevância, tanto como intelectual, ativista, colunista e pesquisadora, quanto acadêmica no cenário brasileiro, que carrega a resistência de Makota Irene<sup>6</sup> (Akotirene) em seu nome e em sua forma de valorização da estética negra, como mostra a figura acima, destacando-se por sua atuação em diversas áreas. Sua trajetória é marcada por uma dedicação incansável à luta por justiça

---

<sup>6</sup>Sob orientação da líder religiosa, aos 25 anos, Carla herdou como inspiração o nome de Makota Irene (Akotirene), sacerdotisa que prestou assistência aos quilombolas no período de luta abolicionista no Brasil. Disponível em: [Carla Akotirene: de cordeira do Ilê Aiyê a intelectual festejada \(geledes.org.br\)](https://geledes.org.br/carla-akotirene-de-cordeira-do-ilê-aiyê-a-intelectual-festejada/).

social, com foco particular nas questões de raça e gênero, e pelo seu papel fundamental na disseminação do conceito de interseccionalidade no Brasil.

Carla nasceu em 30 de abril de 1980, no bairro da Caixa D'água, em Salvador, Bahia, uma cidade reconhecida por sua vibrante cultura afro-brasileira e também por seu reconhecimento ancestral em decorrência da conservação cultural. Crescendo em um ambiente fortemente influenciado pelas tradições e lutas da comunidade negra, desde cedo a ativista foi exposta às questões sociais que viriam a contribuir para sua carreira. Filha de Tânia Maria Rodrigues da Silva e Carlos Antônio Santos, ambos de origem humilde, e seus dois irmãos: Sandro e Tairon, faziam de sua família engajada na preservação e valorização das raízes africanas, o que desempenhou um papel crucial em sua formação cultural e identitária, logo, reconhecendo-se como uma mulher negra.

Durante sua juventude, ela participou ativamente na década de 90 do Ilê Aiyê, o primeiro bloco afro do Brasil, conhecido por seu papel na afirmação da identidade negra, onde trabalhou como cordeira e segurança. Estar nesse ambiente, para Carla, foi importante para que ela pudesse se conectar profundamente com as tradições afro-brasileiras que, desde então, a inspiraram a lutar contra as injustiças sociais. Essa experiência foi fundamental para o desenvolvimento de sua consciência crítica em relação às questões raciais e de gênero.

Sua formação inicial se deu entre 1998 e 1999, quando estudou Patologia Clínica no Instituto Anísio Teixeira (IAT). Em seguida, sua busca por educação levou Akotirene a se formar em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador - UCSAL. Posteriormente, concluiu seu mestrado e doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, ambas na Universidade Federal da Bahia - UFBA. Sendo a primeira em sua família a obter um diploma, a intelectual, em entrevista para a coluna Mulheres em Movimento de 2018, fala um pouco sobre sua trajetória:

**Akotirene:** Sou cria do Instituto Steve Biko. Tanto do Cursinho pré vestibular quanto do Projeto POMPA/CEAFRO. O primeiro é uma ação afirmativa com objetivo de inserir negras/os oriundos de escola pública e de baixa renda familiar nas Universidades, mediante conteúdo sobre cidadania e consciência negra, disciplina obrigatória no Steve Biko. O POMPA foi uma ação pioneira no Brasil, em 2004, resultante de parceria das fundações Fulbright/Loreley Williams e CEAFRO (Programa de Educação Racial e de Gênero do Centro de Estudos Afro Orientais da UFBA) na qual 21 jovens negros/as selecionados/as passaram por uma escola de formação que incluía estágio supervisionado com figuras públicas negras, intelectuais negras e parlamentares negros, sobre em quais condições estruturais podemos ingressar na administração pública, universidades e governanças,

sem corromper princípios de militância antirracista e em prol da comunidade negra. Tais organizações me proporcionaram densa e aprimorada formação política para a ocupação de espaços estratégicos, a fim de abrir portas para outras pessoas negras (Akotirene, 2018, s/p).

Paralelamente, tornou-se uma das principais vozes na difusão do conceito de interseccionalidade no Brasil com seu livro "O que é Interseccionalidade?" (2019), publicada pela coleção Feminismos Plurais, formulada pela filósofa Djamila Ribeiro, onde a autora aprofunda essa discussão, explorando as complexidades e as implicações desse conceito na realidade brasileira, além de contribuir com outra obra significativa, a obra "Ó Pa Í, Prezada!" (2020), fruto da dissertação de mestrado da autora.

Seguramente, além de suas contribuições teóricas, ela também é uma ativista comprometida com participação em movimentos sociais. A autora vivenciou no mestrado um período de racismo epistêmico e silenciamento intelectual, que levaram à criação, já no doutorado, da iniciativa Opará Saberes, que visa capacitar e apoiar candidaturas negras, especialmente de mulheres negras, nos processos teóricos e metodológicos do mestrado e doutorado. Além disso, trabalha para empoderar mulheres negras e outras comunidades marginalizadas, fornecendo a promoção de políticas públicas inclusivas e a defesa de uma educação que valorize a diversidade cultural e combata as desigualdades estruturais.

A esse respeito, ela é amplamente reconhecida por suas contribuições à academia e ao ativismo social, já que seu trabalho tem impacto significativo tanto na esfera acadêmica quanto no campo dos direitos humanos. Ademais, Carla Akotirene é uma das fundadoras do Grupo de Trabalho de Interseccionalidade da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), e sua obra é frequentemente citada em debates sobre políticas de igualdade racial e de gênero.

O reconhecimento de sua importância se reflete nas diversas homenagens e prêmios que recebeu ao longo de sua carreira como, por exemplo, fazer parte da lista "As 100 personalidades Negras Mais Influentes da Lusofonia", da Bantumen Powerlist 100<sup>7</sup>. A partir disso, sua trajetória atual tem se caracterizado em convites para palestrar em eventos nacionais e internacionais, onde compartilha sua visão sobre a necessidade de uma abordagem interseccional para a justiça social.

Em conformidade com isso, a forma como a autora aborda o feminismo caracteriza-se, para além da interseccionalidade, o que vai de encontro com as

---

<sup>7</sup> Disponível em: [PWR 2021 – POWERLIST100 BANTUMEN](#). Visitado em 01 de Julho de 2024.

outras escritoras mencionadas acima. Ela defende que o feminismo deve se atentar em não generalizar as vivências das mulheres e que deve reconhecer e conservar as necessidades na luta de cada uma delas, fazendo uma crítica às estruturas de poder que perpetuam as opressões e desigualdades. Além do mais, defende a conscientização social através da educação na emancipação de meninas e mulheres negras, mas também de forma coletiva, juntamente com o fomento de políticas públicas que atendam essas causas.

Por isso, seu discurso “dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo” (Akotirene, 2019, p. 16), quando se trata de seu feminismo. E ainda expõe:

Movida por escrevivências, como Conceição Evaristo, proponho cantiga decolonial por razões psíquicas, intelectuais, espirituais, em nome d’águas atlânticas. Mulheres negras infiltradas na Academia, engajadas em desfazerem rotas hegemônicas da teoria feminista e maternarem a-feto, de si, em prol de quem sangra, porque o racismo estruturado pelo colonialismo moderno insiste em dar cargas pesadas a mulheres negras e homens negros. Lavouras identitárias plantam negritudes onde não existem e impõem para nossos úteros significados ociosos e ocidentais do feminismo branco em detrimento da matripotência iorubana (Akotirene, 2019, p. 15/16).

Partindo desse pressuposto, sua obra, *Interseccionalidade* (2019), ancorada em uma perspectiva crítica e decolonial, explora as múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras, considerando a confluência de fatores como raça, gênero e classe social. Ela diz: “considero a interseccionalidade como um “sistema de opressão interligado”. Escrevo na primeira pessoa, alinhamento à esquerda, sem recuo da ancestralidade africana” (Akotirene, 2019, p. 15). Akotirene utiliza o conceito para analisar como essas diferentes dimensões de desigualdade se entrelaçam e produzem experiências únicas de marginalização. Contudo, originalmente o conceito foi desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, que ressalta que a interseccionalidade

Permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro (Akotirene, 2019, p. 14).

O pensamento tanto de Akotirene quanto de Crenshaw são fundamentais para o entendimento das especificidades das vivências das mulheres não brancas, partindo de um contexto estadunidense, mas que se encaixa perfeitamente para o

brasileiro ao promover um feminismo que reconheça e enfrente através da interseccionalidade essas complexidades em vários contextos. Assim como expõe Leal (2020, p. 17), ao entender que quando falamos de mulheres negras “recai também sobre elas a opressão de gênero e, de modos mais violentos do que sobre as mulheres brancas, já que as mulheres brancas não estão sujeitas ao racismo”.

Da mesma maneira, agregando o ponto de vista das autoras citadas acima e trazendo um visão diferente desse conceito, o termo também é utilizado como uma ferramenta analítica que através dos processos discriminatórios não podem ser isolados, mas sim, segundo a autora Kyrillos (2020, p. 1) “abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e, a partir daí, se busca compreender as condições específicas que deles decorrem”. A autora mostra um desconforto em sua análise ao perceber que existe um apagamento nos debates teóricos nas academias com relação a mulheres negras e revela que essas discussões já aconteciam mesmo antes do termo ser cunhado por Crenshaw, e de acordo com ela “Esse apagamento se torna especialmente grave quando se observa que a origem da interseccionalidade está relacionada com as lutas sociais e as elaborações teóricas de mulheres negras” (Kyrillos (2020, p. 2).

Portanto, a conclusão que se chega é que tanto nos movimentos negros quanto na luta feminista tradicional, as mulheres negras sempre ficam em segundo plano. Ou seja, em vários aspectos, justamente por sofrerem opressões raciais, classistas e de gênero, ao mesmo tempo, sofrem um silenciamento quando ocupam posições de poder. Percebe-se que a mulher negra naturalmente é destinada a certas posições impostas pela sociedade. Por isso, esta abordagem crítica revela o fracasso do feminismo tradicional em contemplar as mulheres negras e revela a necessidade de um feminismo interseccional que reconheça essas complexidades.

### **3. “Quanto tempo faz que eles contam nossa história?”: explorando as raízes: o surgimento da disciplina e a hegemonia intelectual na academia**

O estudo das Relações Internacionais (RIs) no Brasil carrega em suas raízes uma forte influência das teorias oriundas do Norte Global, refletindo uma hegemonia intelectual que moldou o campo acadêmico ao longo de sua formação enquanto disciplina. Ela que começou a se consolidar no país durante a segunda metade do século XX, foi fortemente marcada pelo pensamento eurocêntrico e pelas dinâmicas de poder globais que favorecem as narrativas dos países desenvolvidos. Como consequência disso, essa influência se manifesta na forma como os currículos e as pesquisas são estruturados no país, priorizando teorias e autores que reproduzem a visão dominante do Norte Global, muitas vezes negligenciando as realidades e as perspectivas do Sul Global.

Nas últimas décadas, no entanto, num processo tardio, o terceiro debate surgiu no campo das RIs desafiando essa hegemonia e buscando diversificar e incorporar novas perspectivas. Ao longo deste capítulo, será evidenciado o nascimento das Relações Internacionais também no contexto brasileiro, que parte da intenção de evidenciar as especificidades locais nas produções acadêmicas, destacando novas abordagens que questionam as bases epistemológicas das teorias tradicionais e propõem uma reavaliação crítica das relações de poder globais.

Em seguida, a intenção é mostrar como esses novos debates teóricos abrem espaço para um diálogo com as teóricas do pensamento feminista negro no Brasil, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carla Akotirene das quais falamos no capítulo anterior. Ademais, essas intelectuais oferecem uma contribuição que leva em conta as múltiplas dimensões de opressão e resistência vividas pelas mulheres negras, sobretudo, na construção da área acadêmica no Brasil. O pensamento de González, Carneiro e Akotirene, que articula questões de raça, gênero e classe, dialoga de maneira frutífera com as teorias decoloniais e feministas, propondo novas formas de entender e interpretar relações de poder no cenário internacional.

### **3.1 Contexto histórico e político do surgimento da área acadêmica das RIs no Brasil e as teorias herdadas do Norte Global**

O surgimento da disciplina de Relações Internacionais (RI) está intimamente ligado aos eventos históricos do início do século XX, especialmente no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e suas consequências pós conflito, como expõe Herz (2002, p. 8/9) quando afirma que “as questões que surgem a partir da existência de Estados soberanos e da ausência de uma autoridade central são o ponto de partida que gera o campo de estudos de relações internacionais”. Em conformidade a isso, “como disciplina, as Relações Internacionais desenvolveram-se principalmente em universidades britânicas e americanas e como um derivado teórico de outras disciplinas das ciências sociais” (Halliday, 2007, p. 63). Nesse sentido, a guerra evidenciou a necessidade de investigações específicas sobre o sistema internacional e seus atores, a fim de desenvolver estudos mais profundos sobre essas interações. A destruição e as consequências da guerra geraram um forte desejo de entender melhor as causas dos conflitos internacionais e, eventualmente, prevenir novas guerras.

Uma das formas encontradas para prevenção de guerra foi a criação de organizações que incentivassem relações interestatais mais pacíficas. Com efeito, em conformidade com Herz & Hoffmann (2004, p. 9) “As Organizações Intergovernamentais Internacionais (OIG), formadas por Estados, e as Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGI) são a forma mais institucionalizada de realizar a cooperação internacional”. A Liga das Nações criada em 1920 como a primeira organização intergovernamental mundial focada na manutenção da paz, apesar de seu fracasso, também estimulou o desenvolvimento acadêmico da disciplina dedicada ao estudo das relações internacionais, sem contar que foi o ponto de partida para, mais tarde, a criação e consolidação da Organização das Nações Unidas (ONU).

A primeira cátedra de Relações Internacionais foi criada em 1919 na Universidade de Aberystwyth, financiada por David Davies, um pacifista galês. Esse marco é frequentemente considerado o nascimento oficial da disciplina, que foi inicialmente intitulada “Woodrow Wilson Chair of International Politics”, em homenagem ao presidente dos Estados Unidos que desempenhou um papel significativo na fundação da Liga das Nações. A partir daí, a disciplina começou a se

expandir para outras universidades, mas de acordo com Herz (2002, p. 9, apud Hoffman, 1977, s/p) “o estudo de relações internacionais tem se desenvolvido primordialmente nos Estados Unidos, sendo a opinião de alguns autores de que se trata de uma “ciência social norte-americana”, mesmo que na Europa já houvesse uma vasta produção em pesquisas acadêmicas que contribuem de forma significativa para a área.

A ascensão das superpotências e a bipolaridade do sistema internacional durante a Guerra Fria ampliaram a relevância das Relações Internacionais como campo de estudo, com uma ênfase maior nas questões de segurança e política de poder. O período pós-Segunda Guerra Mundial viu a consolidação das Relações Internacionais como uma disciplina acadêmica madura que continuou a evoluir, incorporando novos temas como globalização, direitos humanos, meio ambiente e o papel das organizações internacionais.

É neste contexto que a área acadêmica das Relações Internacionais emergiu no Brasil, tratando principalmente dos assuntos pré e pós II guerra, onde as questões eram “tipicamente estatais, particularmente às relações conflituosas ou cooperativas desses atores” (Vigevani; Thomáz; Leite, 2014, p. 7) no contexto histórico e político da Guerra Fria, quando o país buscava afirmar sua posição no cenário global, em meio a uma ordem internacional polarizada entre Estados Unidos e União Soviética. Além de que, “até esse momento os estudos existentes se relacionavam, de modo geral, às políticas brasileiras para a Bacia do Prata e às relações com a Argentina” (Barasuol, 2012, p. 9) quando se falava do âmbito regional.

Entende-se que nesse contexto muitos intelectuais de diferentes formações já se preocupavam com as questões internacionais através de seus estudos muito antes da institucionalização da área no país, apesar de que, durante este período o Brasil enfrentava o golpe de 64 que teve como consequência a interrupção em boa parte dessas reflexões, dificultando-as seriamente.

Apenas para exemplificar, somente em 1973 se passou a oferecer como cadeira eletiva, sob responsabilidade do professor Oliveiros Ferreira, uma disciplina semestral intitulada “Relações Internacionais” na graduação em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Este primeiro curso foi imediatamente seguido por outro que dava ênfase mais à política praticada em âmbito continental, com os Estados Unidos ocupando papel de destaque no programa. Conquanto houvesse um grande número de alunos inscritos, a frequência deixava muito a desejar. (Miyamoto, 1999, p. 86).

Nesse sentido, tardiamente, por volta dos anos 70, as primeiras instituições e



cursos de Relações Internacionais começaram a ser estabelecidos, mas vale ressaltar, como fez Herz (2002, p. 15) que “esse campo não surgiu da ciência política, tal como ocorreu em diversos países [...] mas sim a partir da contribuição institucional e substantiva de historiadores, cientistas políticos, especialistas em direito internacional e economistas”, frequentemente importando teorias e paradigmas do Norte Global, especialmente dos Estados Unidos e Europa Ocidental. Por isso é importante lembrar que o período pós ditadura foi crucial para o estabelecimento da disciplina, já que “a redemocratização brasileira começou a trazer maior transparência e tornou-se um pouco mais fácil consultar e ter acesso direto a fontes documentais que estivessem em poder do Estado” (Vigevani; Thomáz; Leite, 2014, p. 10).

Em 1974, a Universidade de Brasília (UnB) criou o primeiro curso de graduação em Relações Internacionais do Brasil, tornando-se um marco na institucionalização da disciplina. Esse período também foi marcado pela fundação, em 1979, do Instituto de Relações Internacionais (IRI) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que se destacou como um centro de pesquisa e ensino de RI, como afirma Herz (2002, p. 19/20) detalhando acontecimentos desse período:

(...) a criação do curso de graduação em Relações Internacionais na UnB, em 1974, do Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (CBRI), em 1978, do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio, em 1979, e, posteriormente, do seu Programa de Mestrado em 1987, do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e de seu Programa de Relações Internacionais, em 1980, do Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa (GRIPE) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em 1980 (até 1994), do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da USP, em 1988, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, em 1985, do Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP), em 1983, do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI), em 1987, fazem parte do processo de consolidação da área de relações internacionais no Brasil.

Dentro desta mesma perspectiva, em 1986, a fundação da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) foi um passo crucial para o desenvolvimento da área, proporcionando um espaço central para o debate acadêmico e a coordenação de atividades de pesquisa. Mas, para o Brasil realmente consolidar a área acadêmica, foi necessário uma transição que parafraseando Lessa (2005), saiu da era “história diplomática” que se voltava para os estudos da política externa brasileira, a específica disciplina de História das Relações Internacionais,

que agora abordaria as relações entre os diferentes atores em contexto internacional, para além do âmbito interno.

A começar pelo discurso apresentado sobre a evolução da área no Brasil, como discorre Lessa (2005, p. 2) “a partir do início da década de 1990, a academia brasileira dedicada às relações internacionais cresceu quantitativa e qualitativamente e ganhou novas formas institucionais”. Em contrapartida, nota-se que o “crescimento da área de RI não se deu de maneira geograficamente uniforme: a grande maioria dos cursos concentrou-se nas regiões sul, sudeste e Distrito Federal, com grande predomínio do estado de São Paulo” (Barasuol, 2012, p. 12). Nesse processo nota-se também um crescimento significativo nas produções acadêmicas e na formação de eventos, seminários e painéis de RI, com a presença de nomes que hoje são de extrema importância para os estudos da área, como o da professora e autora estudada na área, Maria Regina Soares de Lima. Em conformidade, cita-se dois grandes seminários que aconteceram por volta de 1977 e 1978:

com o apoio do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), do Programa de Estudos Comparados Latino-americanos da Universidade Federal de Minas Gerais, do Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social (ILDES) e da Fundação Ford se realizaram dois grandes seminários em 1977 e 1978 em Nova Friburgo (RJ) reunindo pesquisadores brasileiros, norte americanos, argentinos e alemães. No segundo encontro, foi criado o Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (atualmente dirigido por Fernando Augusto Albuquerque Mourão, também editor da revista *Africa*, do Centro de Estudos Africanos da USP), tendo como signatários da proposta inicial, entre outros, Maria Regina Soares de Lima, Hélio Jaguaribe, Cleantho de Paiva Leite, Celso Lafer, José Carlos Brandi Aleixo, Carlos Henrique Cardim, Franklin Trein, Christian Caubet (Miyamoto, 1999, p. 89).

Um aspecto relevante a se destacar é que a teoria, de modo geral, é essencial para a investigação científica, pois sem teoria não há ciência. Por isso, a reflexão contínua sobre o uso da teoria é inevitável em qualquer campo científico, “no caso das teorias das Relações Internacionais, gerar conhecimento dos fenômenos atinentes à realidade das relações internacionais” (Gonçalves; Monteiro, 2015, p. 55). No entanto, é crucial compreender que a teoria é uma ferramenta que permite acessar a realidade, mas não a substitui, nem deve ser confundida com ela. A partir dessa ideia, se essa finalidade não é considerada em uma teoria que analisa um meio específico, “independentemente das questões sociais que cercam o trabalho científico no interior das instituições, as disputas teóricas passam a ser mero entretenimento socialmente inútil” (Gonçalves; Monteiro, 2015, p. 55/56), daí a

necessidade de incluir teorias e teóricas(os) nacionais que partam também de suas perspectivas vividas.

Teria inteira razão quem assim argumentasse, caso de fato houvesse diferentes teorias das relações internacionais de nacionalidade uruguaia, norte-americana, francesa, moçambicana ou iraniana. A realidade, todavia, não é esta. Não existem essas teorias. Antes pelo contrário, apesar de o lugar de onde se produz a teoria ter considerável peso em seu processo de produção, a produção teórica norte-americana reina absoluta no mundo acadêmico. Isto significa que, na maior parte do mundo, as relações internacionais são analisadas mediante o uso de teorias produzidas nas instituições norte-americanas (Gonçalves; Monteiro, 2015, p. 57).

Há nos estudos de RI no Brasil uma certa herança teórica por parte dos estudiosos, isso é deixado claro quando Lessa (2005, p. 3) observa que: “o estruturalismo, que pode ser considerado a única corrente teórica nas Relações Internacionais genuinamente latino-americana, por muitos anos dividiu o meio científico-acadêmico de ciências sociais brasileiro entre adeptos e não-adeptos”. Ou seja, teorias como o Realismo e o Liberalismo, por exemplo, que foram incorporadas ao debate acadêmico brasileiro, refletem as preocupações de potências hegemônicas e moldam o entendimento das dinâmicas internacionais com base nas vivências dos euro-estadunidenses. Um bom exemplo disso são as teorias de RI, que segundo o estudo de Barasuol (2012)<sup>8</sup>, que analisa o tipo de bibliografia e correntes de pensamento teóricas que são utilizadas, descobre que diversas correntes teóricas do campo da disciplina são usadas mas sem o impulso a um “debate mais amplo sobre a formulação de teorias e sobre sua utilização como ferramenta no desenvolvimento da pesquisa” (Barasuol, 2012, p. 16). E que com relação a bibliografia

pôde-se verificar que a grande maioria dos cursos (80%) utiliza, em sua bibliografia obrigatória, além de manuais introdutórios, textos originais dos autores pertencentes às correntes estudadas. No entanto, esses textos em muitos casos restringem-se a uma ou duas obras de autores clássicos, sendo que os mais utilizados são: Raymond Aron, Ernst Haas, Hans Morgenthau e Keneth Waltz. Um fator importante para isso pode ser o fato de que boa parte da bibliografia da área ainda não possui tradução para o português (Barasuol, 2012, p. 16).

Tal constatação aproxima-se de que há, em sua maioria, uma participação

---

<sup>8</sup> O primeiro aspecto que observamos é que a grande maioria dos programas enfatiza fortemente a apresentação das diversas correntes teóricas do campo das RI, dedicando pouco tempo ao debate mais amplo sobre a formulação de teorias e sobre sua utilização como ferramenta no desenvolvimento da pesquisa. Dos programas analisados, 56% não dedicam parte da(s) disciplina(s) de teoria a esse tipo de debate (ou seja, ele não é apresentado como um dos pontos do programa); outras 26% tem um ponto específico no programa dedicado a esses questionamentos, porém utilizam como bibliografia de base os capítulos introdutórios de manuais; apenas 16% recomendam a leitura de textos além de manuais que tratam especificamente de questões como o desenvolvimento das teorias e sua conexão com a pesquisa empírica.

das correntes teóricas tradicionais nas leituras obrigatórias brasileiras, que carrega em suas raízes uma forte influência das teorias oriundas do Norte Global, refletindo uma hegemonia intelectual que molda o campo acadêmico no Brasil ao longo de sua formação enquanto disciplina, priorizando teorias e autores que reproduzem a visão dominante do Norte Global, muitas vezes negligenciando as realidades e as perspectivas do Sul Global.

Somando-se suas vertentes clássicas e 'neo', realismo e liberalismo ocupam, respectivamente, 29% e 24% dos textos. Ou seja, somados, equivalem a mais da metade dos textos utilizados no ensino de TRI no Brasil. Em seguida, construtivismo, escola inglesa e marxismo ocupam uma posição relativamente menos importante, porém ainda significativa. Feminismo, Teoria Crítica e Pós-modernismo são menos presentes, correspondendo, cada um deles, a cerca de 5% da bibliografia indicada. A categoria "outros" inclui, principalmente, textos sobre a globalização (e as diversas correntes que procuram explicá-la) e de Análise de Política Externa (Barasuol, 2012, p. 18).

Assim como em sua formação metodológica que inicialmente teve dificuldades de incluir questões históricas e políticas, as abordagens na área de Direito também "prendiam-se de modo mais frequente aos aspectos estritamente jurídicos da construção e da eficácia das normas internacionais, desconsiderando as vertentes históricas, políticas e econômicas envolvidas" (Lessa, 2005, p. 3) não incorporando de forma multidisciplinar os temas internacionais. Ainda atualmente, "a grande área do direito internacional no Brasil se mantém mais tipicamente como uma subárea dos estudos jurídicos [...] denominado Direito das Relações Internacionais" (Lessa, 2005, p. 3).

Foi então que na década de 90 esse movimento gerou críticas devido à falta de contextualização das particularidades do Brasil e da América Latina, mesmo que não houvesse uma total dedicação a isso. Nesse sentido, "existe um veio comum nas abordagens históricas feitas no Brasil e na Argentina, que permaneceu caracterizado pela busca de regularidades no comportamento das relações internacionais" (Lessa, 2005, p. 5), levando ao desenvolvimento posterior de abordagens críticas e locais, que buscavam reinterpretar e adaptar essas teorias à realidade regional saindo de um pensamento ecumênico. Esse pensamento influenciou no distanciamento de abordagens que dão enfoque a países de maior poder a fim de se atentar nos países periféricos e suas abordagens específicas "e se mostraram abertas e flexíveis o suficiente para incorporar às construções próprias os conceitos e as categorias das demais ciências sociais" (Lessa, 2005, p. 5).

### **3.2 Os novos debates teóricos de RI: Teoria Decolonial e Teorias Feministas**

Pode-se argumentar que quando a disciplina tinha um pouco mais de 70 anos “as relações internacionais foram marcadas por 3 grandes debates teóricos que acabaram definindo a literatura e os posteriores programas de pesquisa” (Halliday, 2007, p. 64), sendo eles: o primeiro grande debate, entre idealistas e realistas, durante as décadas 1920-1930, caracterizado pelas abordagens utópicas do idealismo que defendia a cooperação internacional, como a Liga das Nações, que junto ao direito internacional poderiam prevenir e garantir a paz. E as abordagens Realistas, que fazia uma crítica a essa visão e defendia a luta de poder entre os Estados e a anarquia do sistema internacional, aqui não como desordem, mas sim como um guia para seus próprios interesses. O segundo grande debate, entre tradicionalistas e behavioristas ocorreu em 1950-1960, onde os tradicionalistas defendiam uma forma mais original da pesquisa, sem deixar de considerar métodos interpretativos e históricos. Já os behavioristas defendiam uma abordagem científica quantitativa e empírica, buscando leis que explicassem o comportamento dos Estados. E o terceiro grande debate refere-se ao confronto entre perspectivas positivistas e pós-positivistas, a partir dos anos 80, “representado pelas abordagens centradas no Estado e nos sistemas mundiais” (Halliday, 2007, p. 65). Representava uma pluralização das perspectivas teóricas, onde os positivistas baseavam-se na objetividade, na neutralidade científica e na busca por leis gerais. As teorias pós-positivistas, por outro lado, acreditavam que a compreensão das RI precisava levar em conta o papel da subjetividade, da história e do poder discursivo na construção do conhecimento.

Esta colocação vem de encontro ao que o autor Fred Halliday (2007) expõe ao ver esse debate como uma resposta à insatisfação com os paradigmas tradicionais, como o Realismo e o Liberalismo, por exemplo, que dominaram a disciplina até então. O autor também reconhece a importância das abordagens críticas, incluindo o pós-modernismo, o feminismo e a teoria crítica, que desafiaram as concepções tradicionais sobre poder, soberania, Estado e guerra., apesar de fazer uma crítica ao que pode se tornar uma fragmentação excessiva do campo das Relações Internacionais, alertando que isso pode levar a uma perda de foco nos problemas centrais da disciplina, como a guerra, a paz, e as relações entre os Estados.

Outra dificuldade é trazida pela imagem que as RI tradicionais têm do “estruturalismo”, referente à limitação de seu alcance. Como mostrará uma pesquisa nos livros, o paradigma estruturalista é associado a temas limitados dentro das relações internacionais, como a questão Norte-Sul (Halliday, 2007, p. 67/68).

Em decorrência dos grandes debates, percebe-se que nas teorias tradicionais em Relações Internacionais há um enfoque predominantemente em perspectivas europeias e modernas, como vimos no tópico acima, o que pode levar a uma exclusão de outras formas de ver o mundo e a indiferença de diferentes epistemologias, que poderiam oferecer uma visão mais específica das relações internacionais. Por sua vez, a teoria feminista e o pensamento decolonial, apesar de emergirem em momentos distintos, estão interligados, refletindo sobre as possíveis mudanças na forma de abordar questões de poder, hierarquias e conhecimento dentro da disciplina. A perspectiva decolonial sugere a necessidade de “descolonizar” o conhecimento em várias áreas, incluindo as RIs, enquanto a feminista luta pela inclusão das mulheres e suas particularidades não só na academia mas em todos os âmbitos. Isso significa reconhecer e incorporar outras perspectivas e agendas de pesquisa que foram marginalizadas, como as epistemologias do Sul. A datar, destacam-se nesta pesquisa a Teoria Decolonial e as Teorias Feministas, que questionam essas bases epistemológicas.

Pode-se definir a teoria decolonial como uma prática política que, “mesmo partindo dos anos 1990, é importante destacarmos que estudos (e lutas) que debatem o colonialismo e seus impactos para as metrópoles e para as colônias não é algo novo” (Santos, 2021, p. 180). Por isso, o caminho percorrido para o que conhecemos como decolonial começa quando

a chegada às universidades europeias de pensadores das colônias asiáticas e africanas e o desencadeamento do que ficou conhecido como estudos culturais (anos 70), que deu origem a vários campos de estudos e, também, criou os estudos pós coloniais. A obra considerada clássica dessa crítica pós colonial é *O Orientalismo* de Edward Said (1979), mas junta se a ela, Gayatri Spivak, a partir do artigo *Pode o subalterno falar?* (1985) e Homi Bhabha, com *O local da cultura* (1994), todos autores com forte influência do pós estruturalismo francês.

Outro fator essencial que impulsionou a expansão desse tipo de estudo, foram os livros: *O Discurso sobre o colonialismo* (1950), de Aimé Césaire e *Os condenados da terra* (1961), de Franz Fanon, que abordaram questões como o

colonialismo, e a formação do Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos<sup>9</sup>, que fortaleceram os estudos pós-coloniais.

Em conformidade a isso, a teoria decolonial busca desconstruir as estruturas de poder coloniais que persistem no mundo contemporâneo, entre elas, o campo do conhecimento, onde “o anseio intelectual de autonomia epistêmica voltou a se fortalecer no contexto dos estudos pós-coloniais, na busca de uma releitura crítica da modernidade” (Vargas; Castro, 2020, p. 127). A teoria refere-se aqui à epistemologia, ao conhecimento e à produção acadêmica com o intuito da decolonialidade passar a ser difundida na América Latina através do giro decolonial que, através do grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD)<sup>10</sup> “a partir de uma crítica à modernidade ocidental, que segundo a formulação teórica do grupo, é derivada da colonização das Américas, e conseqüentemente, da colonialidade” (Oliveira; Salgado, 2020, p. 703). Ela age através de uma abordagem que valoriza essas perspectivas e essas experiências dos povos colonizados, buscando promover uma transformação radical das formas dominantes de conhecimento tidas como normativas no mundo contemporâneo.

O pensamento decolonial desafia a ideia de que uma única teoria geral pode explicar todas as interações internacionais, levando em consideração que todo conhecimento é influenciado pela perspectiva de quem o produz. Assim, as tradições teóricas dominantes, particularmente aquelas influenciadas pela perspectiva euro-estadunidense, precisam ser superadas, uma vez que “a perspectiva decolonial se mostra como opção epistemológica da América Latina e

---

<sup>9</sup> O manifesto de lançamento do grupo, deixa claro a tentativa de recompor um campo teórico crítico em época de derrota da esquerda, em um momento de ascensão das leituras pós moderna da realidade, o que logo levará a rompimentos no grupo, por uma lógica de negação de tudo que seja europeu expresso no pensamento de Mignolo (1998) e Grosfoguel, (2008). Manifesto disponível em: <http://people.duke.edu/~wmignolo/InteractiveCV/Publications/Teoriassindisciplina.pdf>. Acesso em: Nov de 2024.

<sup>10</sup> O grupo se constituiu a partir de um coletivo de pesquisadores e pensadores de diversas áreas do conhecimento, alocados em diversas universidades. Dentre seus expoentes estão Aníbal Quijano (sociólogo peruano), Arturo Escobar (antropólogo colombiano), Catherine Walsh (lingüista, socióloga e pedagoga americana, residente no Equador), Enrique Dussel (filósofo argentino), Boaventura de Sousa Santos (sociólogo português). O MCD deriva do Grupo de Estudos Subalternos Latino-Americanos, que se baseou no grupo de Estudos Subalternos Asiáticos, fundado na década de 80 com o movimento pós-colonial desde a independência das colônias Africanas e Asiáticas. A diferenciação do MCD se dá na radicalização epistêmica. Para Quijano, era preciso questionar o colonizador, e não seguir utilizando-o como referencial teórico, já que a proposta é de libertação, rompimento com os modos de ser e pensar cunhados pela modernidade (Oliveira; Salgado, 2020, p. 703).

que pode nos oferecer uma interpretação do internacional pela região que tem como condição a colonialidade” (De Oliveira Espanhol, 2017, s/p).

A teoria feminista é uma abordagem intelectual e ativista que ganhou espaço na década de 90, “em relação às ciências sociais, e as visões pós-modernistas/pós-estruturalistas/pós-colonialistas que se tornaram dominantes nos cenários disciplinares” (Oliveira, 2018, p. 3). A teoria procurava entender e combater as desigualdades de gênero, examinando como as estruturas sociais e políticas, especialmente o patriarcado, moldam as experiências das mulheres e de outras identidades de gênero, levando a situações de subordinação e exclusão na sociedade.

Surgiu a primeira onda do movimento, também conhecido como feminismo Liberal no início do século XX, já que “foi inicialmente impulsionada pelo liberalismo, que é uma teoria fundamentada na ideologia burguesa e o conceito de cidadania” (Oliveira, 2018, p. 4). As feministas questionavam valores como liberdade, igualdade e autonomia, e também buscavam a inserção no mercado de trabalho, pediam direito ao voto e acesso a estudo e a universidades.

Logo, veio a segunda onda do movimento feminista por volta de 1960 a 1980, que “dita os avanços incorporados com a luta através da expressão política que se considerou contra a figura masculinizada dos espaços sociais” (Oliveira, 2018, p. 4). Com isso, surgiu o feminismo Marxista, que criticava o liberalismo, dizendo que a opressão vivida por essas mulheres também era fruto de questões sociais, econômicas, classistas e políticas. Assim como, também em 1960, ganhavam espaço as feministas radicais que eram responsáveis pela “difusão de conceitos de gênero como forma de diferenciar as características biológicas que distinguem homens e mulheres, ou seja, o sexo, e o papel social construído para o homem e a mulher, o gênero” (Oliveira, 2018, p. 5). Elas acreditam que o avanço só acontece quando atingirem a esfera das organizações políticas, separando homens e mulheres.

Em contrapartida, a criação do feminismo negro “foi marcado pela convergência e, por vezes, tensão, entre dois movimentos: a abolição da escravidão e o sufrágio feminino, localizados nos Estados Unidos” (Viana, 2016, p. 25) e emerge pela necessidade de representação feminina que entenda as faces das violências sofridas por mulheres negras tanto nos Movimentos feministas como no Movimento negro, pois assim como afirma Leal (2020, p. 18) “as opressões



sofridas pelas mulheres negras são resultantes da intersecção de opressões de gênero e de raça e colocam a maioria das mulheres negras à margem do poder e da representação, invisibilizando-as em diferentes contextos”.

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, a luta das feministas negras era pelo fim da invisibilidade que sofriam, pois antes de serem vistas como femininas, elas eram negras, já que “segundo a crítica de algumas militantes, em ambos movimentos as mulheres negras foram consideradas como apenas “sujeitos implícitos” (Viana, 2016, p. 36). Nos movimentos feministas a ideia de igualdade era disseminada, mas a questão racial era desconsiderada e nos movimentos negros a diferença entre homens e mulheres não era discutida. Pode-se dizer que as feministas negras se identificavam mais com os homens negros pelas experiências vividas, mas “com discussões constantes com seus companheiros militantes e até mesmo, não militantes fez com que se interessassem pelas questões de gênero, ou melhor, por militar dentro do movimento feminista” (Viana, 2016, p. 36).

O (MMN) Movimento de Mulheres Negras teve uma importância significativa para que o feminismo negro no Brasil ganhasse força na década de 70. Inclusive, neste contexto, grandes nomes como o de Lélia Gonzalez (1935 - 1994) e Sueli Carneiro (1950 - ) ganham destaque por suas abordagens e representações no feminismo negro brasileiro. Na atualidade, Carla Akotirene, contribui a partir do pensamento crítico, e juntas “articulam o Feminismo Negro como um movimento não essencialista que questiona a ideia de uma epistemologia universalista” (Leal, 2020, p. 20). Nesse sentido

a epistemologia do Feminismo Negro ressalta a interação entre teoria e vivência, a centralidade analítica das experiências e ideias das mulheres negras, a criatividade intelectual e a exigência de que o pensamento implique ações, assim como ações impliquem pensamentos. Tudo isto considerando uma linguagem que abarque não somente a objetividade, mas a subjetividade em discursos considerados válidos. Este último ponto ressalta a necessidade de, no contexto epistemológico, não se desvincular a narrativa da pessoa que narra. Esta deve ter consciência do seu lugar no discurso, revelando, para si e para os outros, o lugar social do qual fala. É nesta direção que o conceito de “lugar de fala” se apresenta também como constituinte do Feminismo Negro (Leal, 2020, p. 21).

Assim como a teoria decolonial, o pensamento feminista negro emergiu com a intenção de modificar as narrativas dominantes nas ciências sociais, destacando as experiências e perspectivas das mulheres negras e suas especificidades que foram historicamente silenciadas e marginalizadas. Como aprofundam as seguintes autoras:

[...] podemos identificar os contornos dinâmicos e não monolíticos de um Pensamento Feminista Negro que, mais que denunciar as múltiplas opressões que acometem as mulheres negras, tem buscado evidenciar as especificidades, inclusive epistêmicas, relacionadas a esse singular pertencimento que articula pensamento abstrato e ação pragmática. Um dos temas chave que permeiam o Pensamento Feminista Negro contemporâneo é a importância da autodefinição das mulheres negras, desafiando as imagens estereotipadas consolidadas (Castro; Dias, 2020, p. 545).

Posto isso, essas teorias serão abordadas concomitantemente por autoras decoloniais, latinoamericana, afrocaribenha e francesa, que utilizam de uma visão feminista em suas análises. A partir daí, ressalta-se também a questão racial, visto que o termo raça está intimamente ligado ao conceito de racismo se partirmos do pressuposto que toda e qualquer pessoa não branca é por si só racializada e o homem enquanto ser universal, o europeu, não possui raça. Em outras palavras, pode-se dizer que “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2019, sp).

Françoise Vergès é uma intelectual e ativista francesa, reconhecida por suas contribuições significativas no campo dos estudos pós-coloniais, feministas e decoloniais. Seus trabalhos abordam a interseção entre raça, gênero e capitalismo, com foco particular nas experiências das mulheres negras e racializadas. Em suas obras, ela discute temas como o "feminismo descolonial", o trabalho doméstico e as políticas de memória, propondo uma reflexão sobre como as heranças coloniais ainda moldam as desigualdades sociais e raciais, visto que a autora vem de família escravista, história familiar que, de certa forma, incentivou seus estudos. Além disso, Vergès é conhecida por seu ativismo contra a islamofobia e o racismo estrutural na França.

Partindo desse pressuposto, segundo a perspectiva de Françoise Vergès, que trata a decolonialidade através do feminismo decolonial em seus estudos, dizendo que a teoria “apresenta-se como uma forma de intervir no mundo que questiona e aponta para as permanências e desigualdades provenientes do processo de colonização das Américas” (Medeiros, 2021, p. 1). A autora, ao fazer uma abordagem específica, parte da análise da perspectiva de vida de mulheres negras e racializadas, que, quando observadas no contexto das RIs, são sistematicamente excluídas. Ou seja, em sua visão, o feminismo decolonial

Trata-se de uma leitura que reivindica a radicalidade do feminismo como uma expressão da luta das mulheres do sul global, situando-o como uma forma de oposição ao patriarcado, ao capitalismo e ao racismo-colonialismo, ao mesmo tempo em que aponta para as fragilidades do feminismo hegemônico – notadamente branco e liberal, a que autora denomina de civilizatório. Esta vertente reforça, para Vergès, o processo de exploração-dominação-opressão das mulheres colonizadas quando constrói uma perspectiva política travestida de um projeto de emancipação feminina, criado à luz de uma concepção pouco inclusiva de emancipação das mulheres (Medeiros, 2021, p. 2).

A partir do entendimento de raça e da teoria decolonial fora do contexto euro-estadunidense e a partir de uma perspectiva feminista, nota-se que no cenário acadêmico das Relações Internacionais, ao analisar as teorias predominantes, revela-se um silenciamento sistemático das vozes e perspectivas de teóricas negras, “tendo a branquitude patriarcal euro-estadunidense como sujeito norteador, organizador e normatizador das RI” Silva (2021, p. 38). Este fenômeno, não apenas reflete uma lacuna histórica no Brasil, mas também evidencia a presença de uma hegemonia intelectual, que através do racismo institucional, conceito de Almeida (2019, p. 24) que é a “relação entre racismo e Estado” molda as bases teóricas das disciplinas dentro do campo das RIs. Contudo,

Apesar de constituídas por formas econômicas e políticas gerais – mercadoria, dinheiro, Estado e direito –, cada sociedade em particular se manifesta de distintas maneiras. Por exemplo, dizer que as sociedades contemporâneas estão sob o domínio de um Estado não significa dizer que os Estados são todos iguais quando historicamente considerados. O Estado brasileiro não é igual ao Estado francês, embora ambos sejam formalmente Estados. É desse modo que podemos compreender que as formas sociais – dentre as quais o Estado – se materializam nas instituições (Almeida, 2019, p. 26).

Ou seja, “no Brasil, estruturado por um sistema político forjado na branquitude, os efeitos da violência física e epistêmica perpetrada contra sujeitas e sujeitos negros são diferentes de outros contextos históricos” Oliveira (2023, p. 369), por isso os movimentos, eventos e correntes de pensamento decolonial ao longo do tempo desempenharam um papel crucial nesse processo, identificando o racismo que norteia as instituições. Nesse caso, a academia e, por consequência, as teorias herdadas do Norte Global utilizadas nos estudos acadêmicos na área de RI.

Além do racismo institucional, o estrutural também vai nos ajudar a identificar o porquê da existência desse apagamento epistemológico com relação às teorias negras dentro das instituições, já que ele caracteriza o racismo na atualidade, em decorrência de todo processo histórico até aqui. Ainda segundo Almeida (2019, p. 36):

Por ser processo estrutural, o racismo é também processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social. De tal sorte, quanto ao processo histórico também podemos dizer que o racismo se manifesta: a) de forma circunstancial e específica; b) em conexão com as transformações sociais.

Essas premissas apontam que a formação do Brasil é fadada ao racismo que estrutura vários âmbitos da sociedade, o que sinaliza a importância de uma visão sensível a desconstrução desse processo histórico. Como Aníbal Quijano expressa em colonialidade do poder, que “exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (Ballestrin, 2013, p. 99), remete ao que a teoria contesta sobre a ideia de que a colonialidade ligada à colonização é algo do passado que permeia de maneira sutil, ou não, nas estruturas sociais, políticas, culturais e principalmente econômicas. O autor, que foi um sociólogo e pensador peruano, amplamente reconhecido como um dos principais intelectuais do pensamento decolonial, descreve como as relações de poder colonial continuam a moldar as estruturas sociais, econômicas e políticas do mundo contemporâneo, mesmo após o fim formal do colonialismo. Seus trabalhos desafiavam a visão eurocêntrica dominante nas ciências sociais e nas teorias de desenvolvimento, propondo a necessidade de descolonizar o saber e reconhecer a diversidade epistemológica das culturas não ocidentais.

Aproximadamente a essa visão de Quijano, porém com uma abordagem mais específica, Maria Lugones, uma filósofa, teórica feminista e ativista argentina, cuja obra teve um impacto significativo nos estudos decoloniais, feministas e interseccionais, amplia a teoria da colonialidade do poder de Aníbal Quijano ao incorporar uma análise crítica das dinâmicas de gênero dentro das estruturas coloniais, relacionando as hierarquias sociais com a manutenção da desumanização de povos onde “Só os civilizados são homens ou mulheres”. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas” (Lugones, 2014, p 936). E dessa forma, as estruturas sociais foram mantidas até hoje.

Lugones argumentou que o colonialismo não apenas impôs hierarquias raciais, mas também redefiniu as relações de gênero, criando sistemas de opressão que afetam desproporcionalmente as mulheres negras e indígenas. Em sua teoria

ela propõe que tanto as abordagens feministas eurocêntricas quanto às análises de raça que ignoram o gênero, necessitam de uma visão interseccional e decolonial das opressões. Além disso, Lugones foi uma defensora do "mundo vivido" e da "prática da resistência", destacando a importância das experiências cotidianas e da solidariedade entre as mulheres racializadas na luta contra as múltiplas formas de dominação. Ao criar o termo "colonialidade do gênero" empregando sua visão feminista, a autora afirma:

É importante observar que, frequentemente, quando cientistas sociais pesquisam sociedades colonizadas, a busca pela distinção sexual e logo a construção da distinção de gênero resultam de observações das tarefas realizadas por cada sexo. [...] Geralmente se confundiam: onde você vê sexo, verá gênero e vice-versa. Porém, se estou certa sobre a colonialidade do gênero, na distinção entre humano e não humano, sexo tinha que estar isolado. Gênero e sexo não podiam ser ao mesmo tempo vinculados inseparavelmente e racializados. O dimorfismo sexual converteu-se na base para a compreensão dicotômica do gênero, a característica humana (Lugones, 2014, p. 937).

Com isso, ela enfatiza como o colonialismo não apenas explorou economicamente e politicamente os povos colonizados, mas também impôs uma estrutura de gênero e isso fez com que a autora buscasse descolonizar através de suas escritas a estrutura que desvaloriza as mulheres e as formas de conhecimento e práticas culturais associadas a elas, desafiando as narrativas eurocêntricas. Além disso, Lugones destaca que sua intenção ao usar o termo colonialidade é também para refletir sobre "o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos" (Lugones, 2014, p. 939).

Outra perspectiva que pode ser utilizada dentro desse escopo de decolonialidade e feminismo é a de Ochy Curiel, uma antropóloga, feminista e ativista afro-dominicana, conhecida por suas contribuições ao feminismo decolonial e ao movimento lésbico-feminista na América Latina e no Caribe. Curiel é uma das principais vozes do feminismo autônomo, defendendo a importância de um feminismo que seja independente das instituições patriarcais e dos estados, e que esteja enraizado nas lutas das mulheres racializadas e das dissidências sexuais. Ela critica as limitações do feminismo hegemônico, apontando suas tendências eurocêntricas e sua falta de atenção às realidades das mulheres negras e indígenas. Além do mais, a autora também é uma figura central no desenvolvimento da teoria do "feminismo decolonial", que propõe a descolonização das práticas e dos saberes feministas, rejeitando a imposição de modelos ocidentais e valorizando as

epistemologias do Sul Global e trata de “retomar distintas histórias, pouco ou quase nunca contadas” (Curiel, 2009. Tradução nossa)<sup>11</sup>, Afim de usar a descolonialidade

tanto como proposta epistemológica quanto política, para explicitar e compartilhar certas posições críticas e também as propostas de várias feministas da região que vêm da autonomia e radicalidade, que articulam em sua proposta uma perspectiva que integra raça, etnia, classe e sexualidade como pilares centrais de nossa política situada em uma região particular (Curiel, 2009. Tradução nossa)<sup>12</sup>.

Vimos que o pensamento decolonial da autora é uma poderosa convocação para a desconstrução das estruturas coloniais e patriarcais que sustentam a opressão das minorias marginalizadas ao defender que a América é um produto da modernidade e que isso “implicou uma estrutura de dominação e exploração atravessada por raça, classe e o regime da heterossexualidade que se inicia no colonialismo, mas se estende até hoje como sua sequela” (Curiel, 2009. Tradução nossa)<sup>13</sup>. Seu posicionamento mostra sua ênfase também na interseccionalidade e na valorização dos conhecimentos plurais. Partindo desse pressuposto, quando usamos sua forma de descolonizar a partir de experiências específicas com a intenção de “resgatar diversas propostas epistemológicas e políticas, relocalizando o pensamento e a ação para anular a universalização, característica fundamental da modernidade ocidental” (Curiel, 2009. Tradução nossa)<sup>14</sup>, como cita a autora, concluímos que a transformação social só será possível quando as vozes das mulheres nas margens forem centrais nas agendas políticas e acadêmicas.

### **3.2.1. O diálogo entre as novas teorias e as teóricas do pensamento feminista negro: Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carla Akotirene.**

O diálogo entre as novas teorias, decolonial e feminista, fez com que surgisse o que “algumas autoras feministas passaram a escrever sobre o pensamento

---

<sup>11</sup> “retomar distintas historias, poco o casi nunca contadas” (Curiel, 2009, s/p).

<sup>12</sup> “tanto como propuesta epistemológica, como política para explicitar y compartir ciertas posiciones críticas y también las propuestas de varias feministas de la región que venimos de la autonomía y la radicalidad, que articulamos en nuestra propuesta una perspectiva que articula la raza, la etnia, la clase y la sexualidad como pilares centrales de nuestra política ubicada en una región particular” (Curiel, 2009, s/p).

<sup>13</sup> “una relación que ha implicado una estructura de dominación y explotación a travesada por la raza, la clase, el régimen de la heterossexualidad que se inicia en el colonialismo pero que se extiende hasta hoy como su secuela” (Curiel, 2009, s/p).

<sup>14</sup> “rescatar diversas propuestas epistemológicas y políticas relocalizando el pensamiento y la acción para anular la universalización, característica fundamental de la modernidad occidental” (Curiel, 2009, s/p).

decolonial, usando esse termo, constituindo uma perspectiva de feminismo decolonial” (Santos, 2021, p. 182), ideia apresentada por Maria Lugones:

O que chamamos de feminismo decolonial, conceito proposto pela feminista argentina María Lugones, tem duas fontes importantes. De um lado, as críticas feministas feitas pelo Black Feminism, mulheres de cor, chicanas, mulheres pobres, o feminismo autônomo latinoamericano, feministas indígenas e o feminismo materialista francês ao feminismo hegemônico em sua universalização do conceito mulheres e seu viés racista, classista e heterocêntrico; de outro lado, as propostas da chamada Teoria Decolonial (Curiel, 2020, p. 125).

As contribuições das autoras do pensamento feminista negro representam uma confluência essencial para uma compreensão específica empregada de forma multidisciplinar no campo do saber, a fim de desconstruir heranças coloniais persistentes no conhecimento e na prática acadêmica. Enquanto a teoria decolonial desafia as narrativas eurocêntricas e coloniais que moldaram o saber e o poder, a teoria feminista problematiza as relações de gênero dentro dessas estruturas. Em adição, o feminismo negro, nas vozes dessas pensadoras, amplia essa discussão incorporando dimensões de raça, classe, gênero e colonialismo, procurando dar voz às experiências marginalizadas das mulheres negras e promovendo a valorização dos saberes do Sul Global. Dentro dessa lógica:

O feminismo negro é essa grande fonte de inspiração e identificação do feminismo decolonial, pois, a teoria decolonial, ao ter o colonialismo como sistema total de dominação política, economia e cultural, encontra no sujeito racializado homens e mulheres não brancas a expressão dos efeitos da exploração, opressão e dominação colonial (Santos, 2021, p. 182/183).

Lélia Gonzalez, por exemplo, com sua abordagem que integra identidade negra e luta de classes, oferece uma base sólida para a teoria decolonial ao questionar as estruturas hegemônicas que perpetuam a opressão racial e de gênero, pois “o fato é que, enquanto mulheres negras, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais” (Gonzalez, 2020, s/p). Mesma perspectiva de Quijano ao dizer que não existe separar raça e exploração capitalista, pois não existe modernidade sem colonialismo, quando refere-se a “colonialidade do poder”. Assim como também não deve-se desvincular o gênero em nenhuma análise, especialmente quando falamos em mulheres negras, não deve-se deixar de lado suas especificidades.

Seu pensamento e posicionamento, que se encaixam nas Relações Internacionais, também gerou reflexões sobre a valorização em termos de

territorialidade, fornecendo um senso coletivo de pertencimento e de relevância da cultura afro-brasileira tida como uma herança africana e ameríndia, fazendo dela a “primeira mulher negra a sair do país para divulgar a verdadeira situação da mulher negra brasileira. Vice-Presidente do 1º e do 2º Seminário da ONU sobre a “Mulher e o apartheid” (Montreal-Canadá e Helsinque-Finlândia, 1980” (Ratts; Rios, 2010, p. 9). Sem contar as vezes que foi uma importante representante brasileira em Fóruns e seminários, como o da Dinamarca em 1980 sobre Meia Década da Mulher e o convite da ONU em 1981 para participar de uma conferência sobre sanções.

Com isso, a autora introduziu o conceito de "amefricanidade" levando em consideração a diáspora africana e suas experiências vividas em viagens que “começaram no final da década de 1970 até o início dos anos 1990, um pouco antes de falecer no ano de 1994” (Corrêa, 2021, p. 30). Fez disso uma releitura das experiências das mulheres negras na América Latina, formada através de suas escrivências em território brasileiro, africano, europeu e pelas américas, apontando o racismo e o sexismo como formas de colonialidade ainda presentes nas sociedades contemporâneas, e ressaltando sua característica cosmopolita.

Ontem como hoje, amefricanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa amefricanidade que identifica na diáspora uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades (Gonzalez, 2020, s/p).

Gonzalez, que a partir do movimento negro criou um espaço que abraçasse mulheres negras, rompendo com a ideia de uma experiência universal feminista, já que nem os movimentos negros e feministas tradicionais consideravam suas especificidades, argumentava que o feminismo negro deveria questionar as narrativas universais e reconhecer a especificidade das experiências das mulheres negras, fosse na academia, na religião ou nos movimentos sociais. Um exemplo dado de seu trabalho é que Lélia servia de porta voz para as negras brasileiras e suas viagens que “possibilitaram contato com outras intelectuais importantes de outros países como Angela Davis” (Corrêa, 2021, p. 31).

Essa é uma abordagem que se alinha diretamente com a crítica feita pela decolonialidade do gênero à universalização do conhecimento, até porque “tornar os/as colonizados/as em seres humanos não era uma meta colonial” (Lugones,



2014, p. 938). Ou seja, considerar suas produções acadêmicas também não, quanto mais fosse de mulheres negras. Por isso, “nas incursões internacionais, Gonzalez também praticava militância feminista denunciando o racismo articulado com a questão de gênero” (Corrêa, 2021, p. 31).

A intelectual discorre sobre o racismo latino-americano afirmando que ele “é sofisticado o suficiente para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada pelos cientistas brasileiros” (Gonzalez, 2020, s/p), devido a grande polarização de um Brasil democraticamente racial, sem preconceitos e livre do racismo, discurso que mascara as múltiplas opressões vividas por homens negros e mulheres negras. Assim como é

transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos aparatos ideológicos tradicionais, reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca prova sua eficácia pelos efeitos da violenta desintegração e fragmentação da identidade étnica produzida por ele; o desejo de se tornar branco (“limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado com a consequente negação da própria raça, da própria cultura (Gonzalez, 2020, s/p).

O fato é que esses fatores contribuem para uma crítica fundamental do pensamento decolonial que se baseia “na denúncia da criação do racismo e da ideia de raça como parte desse processo colonizador, colocando raça, trabalho e gênero como centrais para o pensar decolonial” (Grosfoguel, 2008, p. 123), que denuncia a superioridade branca. Por exemplo, tanto para o apagamento cultural da população amefricana quanto para as produções intelectuais feitas por elas, já que a produção acadêmica é tida como relevante quando parte do ser “universal”, o homem branco euro-estadunidense, enquanto produções que valorizam culturas e povos marginalizados são colocadas em segundo plano, ainda mais quando partem de mulheres negras.

Sueli Carneiro, por meio de seu ativismo e escrita, enfatiza a necessidade de uma análise interseccional que considere as múltiplas dimensões da discriminação, alinhando-se com os princípios feministas de igualdade e justiça social, desenvolvendo uma crítica contundente às formas de exclusão social, especialmente no Brasil, onde prevalece a “ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no

período da escravidão” (Carneiro, 2003, p. 1). Essa abordagem da autora se assemelha ao "giro decolonial" na América Latina, que busca destruir as hierarquias e os pressupostos eurocêntricos que moldam as ciências sociais, oferecendo uma perspectiva alternativa que valoriza as epistemologias do Sul e outras formas de saber que são marginalizadas.

Ao longo de sua carreira, a autora utiliza o termo epistemicídio racial que tenta silenciar saberes, memórias e a cultura negra. Ela utiliza a fim de confrontar as limitações das perspectivas dominantes com o propósito de incluir perspectivas contra-hegemonias antirracistas, anti-patriarcais e anticapitalistas, que denuncia a falta de acesso à educação gerada pelas desigualdades sociais e a deslegitimação da capacidade cognitiva do ser negro nas produções acadêmicas, além de questionar o discurso feminista tradicional que não reconhece a mulher negra, “assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina dessas mulheres” (Carneiro, 2003, p. 1), algo que a autora ressalta que se sobressai sobre as mulheres negras por causa da violação colonial imposta sobre elas.

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar (Carneiro, 2003, p. 2).

Posicionamento esse que ecoa o chamado da teoria decolonial para a desconstrução de saberes hegemônicos que perpetuam desigualdades de gênero e trazem à tona o ser mulher negra na sociedade, quando “mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca” (Carneiro, 2003, p. 2). Esse discurso proposto por Sueli dialoga diretamente com Lugones, que afirma: “a consequência semântica da colonialidade do gênero é que “mulher colonizada” é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher. Assim, a resposta colonial a Sojourner Truth é, obviamente, não” (Lugones, 2014, p. 939).

A autora compartilha da visão crítica sobre o feminismo e o movimento negro, tal qual Lélia Gonzalez, propondo uma análise que não só considera a raça, mas também as desigualdades de classe e as estruturas patriarcais que afetam as mulheres negras, e considera que o “Enegrecendo o feminismo é a expressão que

vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro” (Carneiro, 2003, p. 118). Com o intuito de enegrecer o feminismo na contemporaneidade, ela diz que

Enegrecer o movimento feminista brasileiro significa, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial (Carneiro, 2003, p. 3).

Carla Akotirene, por sua vez, amplia esse diálogo ao incorporar perspectivas contemporâneas sobre representatividade e empoderamento negro, enriquecendo a teoria feminista com suas visões sobre resistência cultural e identitária a partir da ancestralidade, além de fomentar através de políticas públicas a emancipação de mulheres negras através da educação e de melhoras na vida social de modo geral. O que vai de encontro com a teoria decolonial que sugere que o conhecimento é moldado pelas perspectivas dos produtores de conhecimento que quando dialogam com mulheres negras abrange suas intersecções. Nesse sentido, quando falamos em interseccionalidade, nota-se que o feminismo hegemônico/liberal ao tratar sobre o aborto, por exemplo, faz uma “negação da maternidade e sua relação com o casamento, segurança pública, etc. – da forma como é pensada por esse feminismo “hegemônico” não dialoga com a vida das mulheres racializadas” (Castro, 2020, s/p).

Esse desafio às tradições teóricas dominantes abre espaço para o feminismo negro incluir perspectivas históricas e culturais que sistematicamente são invisibilizadas, como das mulheres não brancas, tendo em consideração que ele “também denuncia que é a vida precária das mulheres que, de forma invisível, limpam os espaços nas noites e madrugadas, ou limpam as casas das mulheres brancas que permite a elas a ida ao trabalho, às compras e a todos os lugares” (Santos, 2021, p. 185/186). Assim como Akotirene (2019, p. 21) ressalta:

Do ponto de vista feminista negro, intelectuais estadunidenses são consideradas como tais – saberes periféricos do lado sul-nortista: norte porque, dos Estados Unidos, vivem sob a batuta supremacista-imperialista de publicação, difusão e tradução de conhecimento ao resto do mundo, e sul, pois sofrem racismo e sexismo epistêmicos impostos pela geografia do saber do Norte Global.

Ao adotar uma perspectiva interseccional, que é a base do feminismo negro, a pensadora continua o trabalho de Gonzalez e Carneiro, trazendo uma abordagem contemporânea ao feminismo negro para analisar as opressões contribuindo para a consolidação dessas ideias no campo acadêmico brasileiro, incorporando essas

vozes na discussão teórica e acadêmica e conectando as vivências das mulheres negras a uma teoria crítica que desafia tanto o colonialismo quanto o patriarcado. Ou seja, ela destaca a necessidade de um feminismo que seja verdadeiramente inclusivo fortalecendo a teoria decolonial ao fornecer as interações entre raça, gênero e poder, principalmente quando se fala em movimentos negros, visto que mesmo com os respingos da masculinidade “parcelas significativas de nós negam a existência do racismo estrutural nas plataformas feministas, que desconhecem privilégios acadêmicos que nos separam e os impasses por estarmos decididas a lutar ao lado dos homens negros” (Akotirene, 2019, p. 45).

Sua ênfase na valorização das perspectivas das mulheres negras e na integração de suas experiências vividas oferece um contraponto vital às teorias hegemônicas, alinhando-se com os princípios de desconstrução e diversidade. “São mulheres de cor, lésbicas, terceiromundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostas a excluir identidades e subjetividades complexificadas, desde a colonização até a colonialidade” (Akotirene, 2019, p. 20).

Aqui é importante destacar sobre o eurocentrismo que “sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América” (Quijano, 2005, p. 126). Ligando isso ao feminismo, pode-se afirmar que o movimento faz uma crítica ao patriarcalismo e compartilha uma crítica ao eurocentrismo assim como a teoria decolonial, considerando que “a missão feminista civilizatória é clara: as mulheres europeias estão fazendo uma cruzada contra a discriminação sexista e os símbolos de submissão que persistem em sociedades de fora da Europa Ocidental” (Vergès, 2020, p. 60/61).

Ambas abordam essas questões a partir de ângulos complementares já que a teoria decolonial enfatiza a desconstrução das estruturas coloniais do conhecimento, fornecendo uma base para entender como as teorias feministas podem desafiar as narrativas dominantes. O feminismo negro, por sua vez, oferece uma crítica à exclusão e marginalização das experiências das mulheres negras nas teorias tradicionais, abordando a interseccionalidade das opressões e a necessidade de um “lugar de fala” específico. Como aponta Ochy Curiel:

O feminismo nasce na primeira onda, nesse contexto, como uma proposta que sintetiza as lutas das mulheres em um lugar e tempo determinados. Se entendermos o feminismo como toda luta de mulheres que se opõem ao

patriarcado, teríamos que construir sua genealogia considerando a história de muitas mulheres em muitos lugares e tempos (Curiel, 2009, s/p. Tradução nossa)<sup>15</sup>.

Portanto, as contribuições de Gonzalez, Carneiro e Akotirene demonstram como o feminismo negro pode se beneficiar das abordagens decoloniais, ao denunciarem as formas como o racismo e o patriarcado moldam a experiência das mulheres negras em contexto latino-americano, fornecendo uma análise mais específica das relações de poder e das estruturas de desigualdade, com uma teoria complementando e dialogando com a outra. Ademais, como expressa Vergès (2020, p. 95) “Não queremos construir uma comunidade utópica, mas restaurar toda a sua força criativa em sonhos de insubmissão e resistência, justiça e liberdade, felicidade e bondade, amizade e encantamento”.

---

<sup>15</sup> el feminismo nace en la primera ola en este contexto como una propuesta que sintetiza las luchas de las mujeres en un lugar y en un tiempo determinado, si entendemos el feminismo como toda lucha de mujeres que se oponen al patriarcado, tendríamos que construir su genealogía considerando la historia de muchas mujeres en muchos lugares-tiempos (Curiel, 2009, s/p).

#### **4. “Ninguém vai falar por mim, eu tenho a minha voz! Então, deixa que eu conto”: (Des)colonizando as RIs**

Este capítulo traz à tona a urgente necessidade de repensar as bases epistemológicas e teóricas das Relações Internacionais no Brasil na prática, adicionando elementos interseccionais a fim de enriquecer esse campo acadêmico com perspectivas locais. No campo das RIs, a produção teórica tem sido amplamente dominada por perspectivas eurocêntricas, resultando na exclusão sistemática de epistemologias do Sul Global e em um processo resultado da colonização do conhecimento, como já foi exposto nos capítulos anteriores. Nesse contexto, o ato de (des)colonizar as Relações Internacionais implica um esforço de revisão crítica das teorias, autores e temas que dominam o campo e gerando um epistemicídio. Com isso, a descolonização busca desafiar as hierarquias e os critérios que privilegiam certas formas de saber, ao mesmo tempo em que invisibilizam outras. Assim, as narrativas de resistência e resgate da voz, expressas nos capítulos, colocam em evidência a luta contra o epistemicídio no campo das RIs.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa bibliométrica proposta, focada nas principais revistas brasileiras de Relações Internacionais, tem como objetivo mapear a inclusão ou a falta dela, dessas vozes e perspectivas Amefricanas. Através de uma análise que buscará entender se essas autoras e seus conceitos ou, simplesmente, suas perspectivas são citadas e quais temáticas são privilegiadas.

Este estudo será feito por meio de revistas científicas da área, usando como critério de escolha: revistas de alguns cursos de Relações Internacionais das várias regiões do Brasil, tanto federais quanto estaduais e privadas, como PUC Minas, PUC-Rio, UNILA, UnB, UFPB, UFRGS e UFGD. Foram escolhidas 12 Revistas, sendo elas: a Contexto Internacional - PUC-Rio, ISSN: 1982-0240; Revista Brasileira de Política Internacional RBPI - IBRI, ISSN: 1983-3121; Meridiano 47 Journal of Global Studies, ISSN: 1518-1219 - UnB; Século XXI: Revista de Relações Internacionais - ESPM, ISSN: 2236-871X; Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais - UFPB, ISSN: 2525-5584; Revista Espirales - UNILA, ISSN: 2594-9721; Conjuntura Austral - UFRGS, ISSN: 2178-8839; Carta Internacional - ABRI, ISSN: 2526-9038; Monções: Revista de Relações Internacionais - UFGD, ISSN: 2316-8323; Mural Internacional - UERJ, ISSN: 2177-7314; Estudos

Internacionais EI - PUC Minas, ISSN: 2317-773X; e Revista de Estudos Internacionais REI - UEPB, ISSN: 2236-4811.

Portanto, a pesquisa bibliométrica será aplicada neste estudo na tentativa de evidenciar em que medida está a utilização das autoras Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Carla Akotirene e seus conceitos Amefricanidade, Epistemicídio e Interseccionalidade, especificamente nas revistas brasileiras de Relações Internacionais. Será usado como base para coleta de dados o Software Harzing's Publish or Perish versão 8.16.4790.9060, para fazer um levantamento bibliográfico que utiliza o Google Scholar ou Google acadêmico, para gerar as estatísticas sobre as publicações que contém os temas dessa pesquisa citados acima dentro das respectivas revistas. É importante observar que apesar do Google Scholar não realizar diretamente a revisão por pares dos trabalhos que ele indexa, ele exerce a função de um mecanismo de busca que agrega e exhibe artigos e outros materiais acadêmicos de várias fontes, incluindo revistas acadêmicas, livros, teses e dissertações. Neste caso, o software realizará essa busca automaticamente por essa base de dados nas revistas correspondentes.

No entanto, muitos dos artigos encontrados no Google Scholar são publicados em periódicos que já passaram pelo processo de revisão por pares, especialmente quando se trata de revistas acadêmicas reconhecidas. A base de dados indexa esses artigos e disponibiliza links para eles, mas não garante que todo o conteúdo disponível tenha passado por esse processo. Por isso, foi verificado e garantido que todas as revistas utilizadas neste trabalho são revisadas por pares, o que garante a qualidade e a credibilidade do conteúdo.

Ademais, a ferramenta Publish or Perish oferece várias possibilidades de pesquisa como, por exemplo, periodicidade, nome de autor(a), nome do periódico e ISSN, palavras do título e palavras chave. Nesse caso, foi utilizado periodicidade definida nos últimos 20 anos, até outubro de 2024, nome do periódico, as revistas escolhidas, e código ISSN de cada revista. A partir daí, os nomes e conceitos das autoras buscadas pela ferramenta nas palavras-chave, incluindo citações e também, será conferido manualmente em cada publicação fornecida pela plataforma de busca os temas da pesquisa nos resumos dos artigos encontrados para maiores resultados, com um máximo de 100 resultados para as publicações sendo descartadas aquelas que estiverem repetidas e consideradas aquelas que estiverem

em outro idioma, já que muitas revistas de relações internacionais publicam também em inglês.

#### **4.1 Pesquisa bibliométrica das principais Revistas Brasileiras de Relações Internacionais**

Para compreender como está a utilização das intelectuais e de seus conceitos nas pesquisas das principais revistas brasileiras de relações internacionais, foi realizado um levantamento bibliográfico identificando a relevância dos temas abordados. Nas tabelas a seguir, são apresentados os dados coletados, evidenciando a presença ou ausência dessas abordagens nos últimos vinte anos, o que permite uma visão sobre as tendências editoriais e se há a inclusão de perspectivas epistemológicas diversas.

Tabela 1: Dados coletados da revista Contexto Internacional - PUC-Rio.

<b>Tema da pesquisa</b>	<b>Publicações</b>	<b>Ano</b>
<b>Lélia Gonzalez</b>	<b>3</b>	<b>2019-2020</b>
<b>Amefricanidade</b>	<b>2</b>	<b>2019</b>
<b>Sueli Carneiro</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Epistemicídio</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Carla Akotirene</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Interseccionalidade</b>	<b>4</b>	<b>2018-2019</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta Publish or Perish.

Conforme os dados apresentados acima, destaca-se que a autora Lélia Gonzalez aparece em 3 artigos e em ambos apenas como citação e que foram publicadas entre 2019 e 2020. Concomitantemente, o termo Amefricanidade aparece 3 vezes, duas delas nos mesmo textos que citam Lélia Gonzalez, sendo uma repetida em outro idioma, portanto, descartada na contagem, e todas de 2019 e em forma de citação. Com relação ao termo interseccionalidade foram encontrados 8



artigos, entre os anos de 2018 e 2019, onde o termo aparece tanto nos resumos quanto nas palavras-chave e títulos, havendo o descarte de 4 artigos repetidos que estavam em português, enquanto os outros estavam em inglês. Vale ressaltar que todos os dados encontrados nesta revista foram publicados em inglês.

Tabela 2: Dados coletados da Revista Brasileira de Política Internacional RBPI - IBRI.

<b>Tema da pesquisa</b>	<b>Publicações</b>	<b>Ano</b>
<b>Lélia Gonzalez</b>	<b>1</b>	<b>2023</b>
<b>Amefricanidade</b>	<b>1</b>	<b>2023</b>
<b>Sueli Carneiro</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Epistemicídio</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Carla Akotirene</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Interseccionalidade</b>	<b>0</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta Publish or Perish.

No que se refere a Gonzalez há uma publicação de 2023 que cita a autora, assim como Amefricanidade. Esses foram os únicos dados encontrados na revista.

Tabela 3: Dados coletados da revista Meridiano 47 Journal of Global Studies - UnB.

<b>Tema da pesquisa</b>	<b>Publicações</b>	<b>Ano</b>
<b>Lélia Gonzalez</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Amefricanidade</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Sueli Carneiro</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Epistemicídio</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Carla Akotirene</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Interseccionalidade</b>	<b>3</b>	<b>2011-2021</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta Publish or Perish.

Interseccionalidade foi encontrada 6 vezes no tipo citação, sendo 3 duplicadas. Nos respectivos anos: 2011, 2020 e 2021. Em um dos trabalhos aparece apenas no corpo do texto citado por outra autora, nos outros dois como citação e não está nos resumos nem nas palavras-chave.

Tabela 4: Dados coletados da revista *Século XXI: Revista de Relações Internacionais* - ESPM.

<b>Tema da pesquisa</b>	<b>Publicações</b>	<b>Ano</b>
<b>Lélia Gonzalez</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Amefricanidade</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Sueli Carneiro</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Epistemicídio</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Carla Akotirene</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Interseccionalidade</b>	<b>1</b>	<b>2022</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta Publish or Perish.

Como é possível observar, há apenas uma única publicação encontrada referente ao termo interseccionalidade de 2022. O termo não aparece no resumo nem nas palavras-chave e sim no corpo do texto em uma citação direta.

Tabela 5: Dados coletados da *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais* - UFPB.

<b>Tema da pesquisa</b>	<b>Publicações</b>	<b>Ano</b>
<b>Lélia Gonzalez</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Amefricanidade</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Sueli Carneiro</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Epistemicídio</b>	<b>0</b>	<b>-</b>

<b>Carla Akotirene</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Interseccionalidade</b>	<b>0</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta Publish or Perish.

Nesta revista não foi encontrado nenhum tema da pesquisa.

Tabela 6: Dados coletados da revista Espirales - UNILA.

<b>Tema da pesquisa</b>	<b>Publicações</b>	<b>Ano</b>
<b>Lélia Gonzalez</b>	<b>3</b>	<b>2019-2022</b>
<b>Amefricanidade</b>	<b>1</b>	<b>2022</b>
<b>Sueli Carneiro</b>	<b>3</b>	<b>2019-2022</b>
<b>Epistemicídio</b>	<b>4</b>	<b>2022-2024</b>
<b>Carla Akotirene</b>	<b>1</b>	<b>2021</b>
<b>Interseccionalidade</b>	<b>13</b>	<b>2019-2024</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta Publish or Perish.

A autora Lélia Gonzalez foi citada em três publicações, duas de 2019 e uma em 2022 que é a mesma que contém a palavra amefricanidade. Com relação a Sueli Carneiro e seu termo Epistemicídio, destaca-se que a autora foi citada 3 vezes, porém, o termo foi encontrado 4 vezes e de 3 delas, somente uma era referente a autora, mesmo assim era o termo central do artigo, aparecendo no resumo e palavras-chave. A autora Carla Akotirene foi citada em 1 publicação pela primeira revista até agora. Já a interseccionalidade está presente em 13 trabalhos sem repetição, intercalado entre palavras-chave, resumo e citação.

Tabela 7: Dados coletados da revista Conjuntura Austral - UFRGS.

<b>Tema da pesquisa</b>	<b>Publicações</b>	<b>Ano</b>
<b>Lélia Gonzalez</b>	<b>2</b>	<b>2021-2022</b>
<b>Amefricanidade</b>	<b>0</b>	<b>-</b>

<b>Sueli Carneiro</b>	<b>1</b>	<b>2022</b>
<b>Epistemicídio</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Carla Akotirene</b>	<b>1</b>	<b>2022</b>
<b>Interseccionalidade</b>	<b>3</b>	<b>2021-2022</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta Publish or Perish.

Na seguinte revista, Lélia Gonzalez foi citada em duas publicações entre 2021 e 2022, mas seu conceito Amefricanidade não foi encontrado. Com relação a autora Sueli Carneiro que está presente em apenas um trabalho publicado em 2022, menos o seu conceito Epistemicídio que não foi encontrado. Por fim, Carla Akotirene também foi citada em 2022 em uma publicação da revista, enquanto a palavra Interseccionalidade está em três publicações uma como citação, a outra no título, nas palavras-chave e no resumo e a última apenas no resumo, entre os anos de 2021 e 2022.

Tabela 8: Dados coletados da revista Carta Internacional - ABRI.

<b>Tema da pesquisa</b>	<b>Publicações</b>	<b>Ano</b>
<b>Lélia Gonzalez</b>	<b>2</b>	<b>2023</b>
<b>Amefricanidade</b>	<b>1</b>	<b>2023</b>
<b>Sueli Carneiro</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Epistemicídio</b>	<b>2</b>	<b>2023</b>
<b>Carla Akotirene</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Interseccionalidade</b>	<b>1</b>	<b>2023</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta Publish or Perish.

Nesta revista encontra-se um mesmo artigo que cita Lélia Gonzalez e Amefricanidade publicado em inglês e outro em português que cita somente a autora indiretamente, ambos de 2023. Epistemicídio está presente em duas citações de 2023

referente a outros autores. Quanto a Interseccionalidade há uma publicação de 2020 que apenas cita o termo.

Tabela 9: Dados coletados da revista Monções: Revista de Relações Internacionais - UFGD.

<b>Tema da pesquisa</b>	<b>Publicações</b>	<b>Ano</b>
<b>Lélia Gonzalez</b>	<b>17</b>	<b>2016-2023</b>
<b>Amefricanidade</b>	<b>11</b>	<b>2017-2023</b>
<b>Sueli Carneiro</b>	<b>6</b>	<b>2017-2023</b>
<b>Epistemicídio</b>	<b>9</b>	<b>2019-2023</b>
<b>Carla Akotirene</b>	<b>1</b>	<b>2019</b>
<b>Interseccionalidade</b>	<b>19</b>	<b>2017-2023</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta Publish or Perish.

Há na revista Monções 17 publicações que citam Gonzalez entre os anos de 2016, 2017, 2019, 2020, 2022 e 2023 e apenas uma foi publicada em inglês. Já Amefricanidade está presente em 11 trabalhos também como citações no corpo do texto ou referências, entre 2017, 2019, 2020, 2022 e 2023. Com relação a Sueli Carneiro, 6 artigos que mencionam a autora foram publicados em 2017, 2019, 2020 e 2023. Sobre o termo Epistemicídio, ele aparece em uma publicação no título, nas palavras-chave e corpo do texto, em outra somente nas palavras-chave e no corpo do texto e nas demais citadas e referenciadas. Referente a Carla Akotirene há uma publicação apenas que cita a autora em 2019. Diferentemente da palavra Interseccionalidade que foi utilizada 19 vezes, intercalada entre estar nas palavras chave, resumo e citação, duas vezes estando também no título das publicações e nas demais vezes citada e referenciada no texto, nos anos de 2017, 2019, 2020 e 2023. Vale ressaltar que não haviam artigos repetidos pelo software em nenhum dos temas de pesquisa.

Tabela 10: Dados coletados da revista Mural Internacional - UERJ.

<b>Tema da pesquisa</b>	<b>Publicações</b>	<b>Ano</b>
<b>Lélia Gonzalez</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Amefricanidade</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Sueli Carneiro</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Epistemicídio</b>	<b>1</b>	<b>2024</b>
<b>Carla Akotirene</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Interseccionalidade</b>	<b>1</b>	<b>2023</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta Publish or Perish.

Nesta revista apenas Epistemicídio e Interseccionalidade foram encontradas, cada uma em uma publicação referente a 2024 e 2023.

Tabela 11: Dados coletados da revista Estudos Internacionais EI - PUC Minas.

<b>Tema da pesquisa</b>	<b>Publicações</b>	<b>Ano</b>
<b>Lélia Gonzalez</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Amefricanidade</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Sueli Carneiro</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Epistemicídio</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Carla Akotirene</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Interseccionalidade</b>	<b>0</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta Publish or Perish.

Esta é a segunda revista que nenhum tema de pesquisa está presente em suas publicações.

Tabela 12: Dados coletados da Revista de Estudos Internacionais REI - UEPB.

<b>Tema da pesquisa</b>	<b>Publicações</b>	<b>Ano</b>
<b>Lélia Gonzalez</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Amefricanidade</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Sueli Carneiro</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Epistemicídio</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Carla Akotirene</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Interseccionalidade</b>	<b>0</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta Publish or Perish.

Por fim, novamente nenhum tema de pesquisa foi encontrado na respectiva revista.

#### **4.2 Análise e discussão dos dados.**

Esta análise visou explorar a distribuição das publicações que contém os temas de pesquisa citados nas tabelas acima em especificamente doze revistas de relações internacionais. Destaca-se as vezes que as autoras foram mencionadas nas principais revistas de RI no Brasil: González com um total geral de 28 publicações entre as 12 revistas; Carneiro com 10; e Akotirene com apenas 3. E também em quantos artigos os conceitos fundamentais aparecem: Amefricanidade um total de 16; Epistemicídio também com 16; e Interseccionalidade, notavelmente surge na frente com um total de 45 artigos.

Nota-se uma disparidade importante que sugere uma resistência no campo das Relações Internacionais ao incorporar de forma abrangente os saberes do Sul Global e as contribuições de intelectuais negras, que promovem uma visão crítica sobre a hegemonia acadêmica e torna mais inclusiva a realidade local e global. Isso reflete um cenário onde as perspectivas teóricas ainda estão dominadas por abordagens eurocêntricas, enquanto os conceitos locais, fundamentais para a construção de um campo epistemologicamente diverso e decolonial, permanecem à

margem. O que se deduz com isso é que ao não destacar de maneira mais consistente essas vozes, essas revistas analisadas não conseguem responder completamente às demandas contemporâneas por diversidade epistemológica e relevância cultural nas pesquisas de Relações Internacionais no Brasil.

Dito isto, após a realização da pesquisa bibliométrica, observou-se algumas lacunas na literatura fornecida por essas revistas, com uma presença limitada das autoras e conceitos, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Carla Akotirene, Amefricanidade, Epistemicídio e Interseccionalidade utilizadas na pesquisa das principais revistas de Relações Internacionais. Nota-se uma baixa representatividade desses conceitos e autoras nas publicações, evidenciando a predominância de perspectivas eurocêntricas e apontando para a necessidade de (des)colonização das Relações Internacionais no Brasil, uma vez que a escassez de diversidade epistemológica limita o desenvolvimento de um conhecimento mais inclusivo e representativo das realidades locais.

Para melhor exemplificação, visualização e compreensão dos dados transcritos, o gráfico abaixo ilustra com base no número total de artigos publicados a presença do tema específico em cada uma das doze revistas, permitindo uma visualização clara de quais são os padrões de publicação nelas e destacando a frequência de citações, oferecendo uma base para discussão sobre a visibilidade do tema em estudo.



Gráfico 1: Presença de Lélia Gonzalez por revista



Gráfico 2: Presença de Amefricanidade por revista

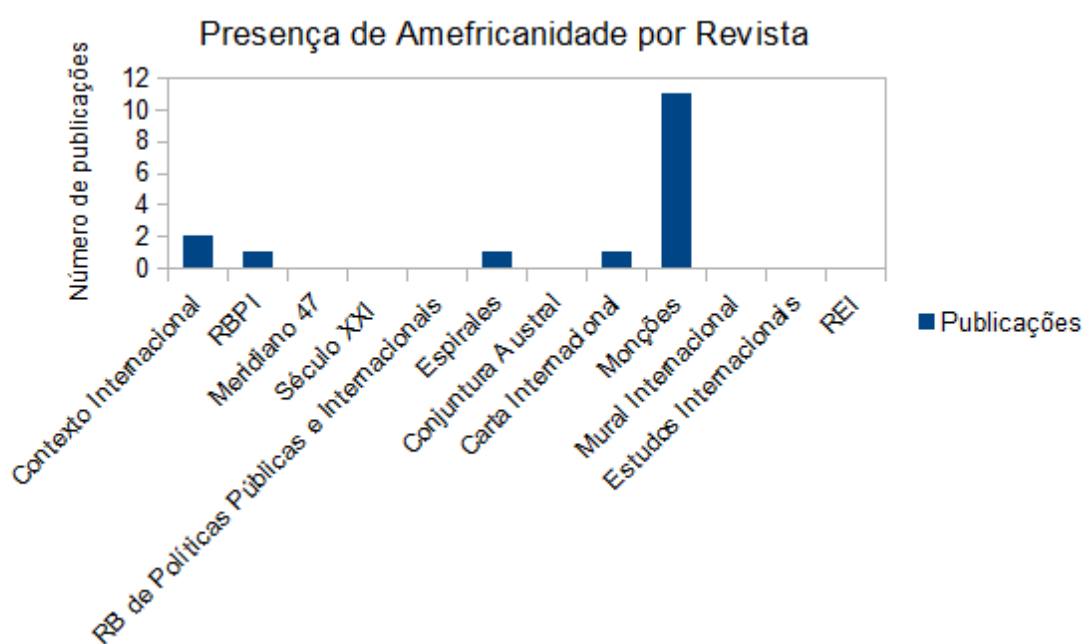


Gráfico 3: Presença de Sueli Carneiro por revista

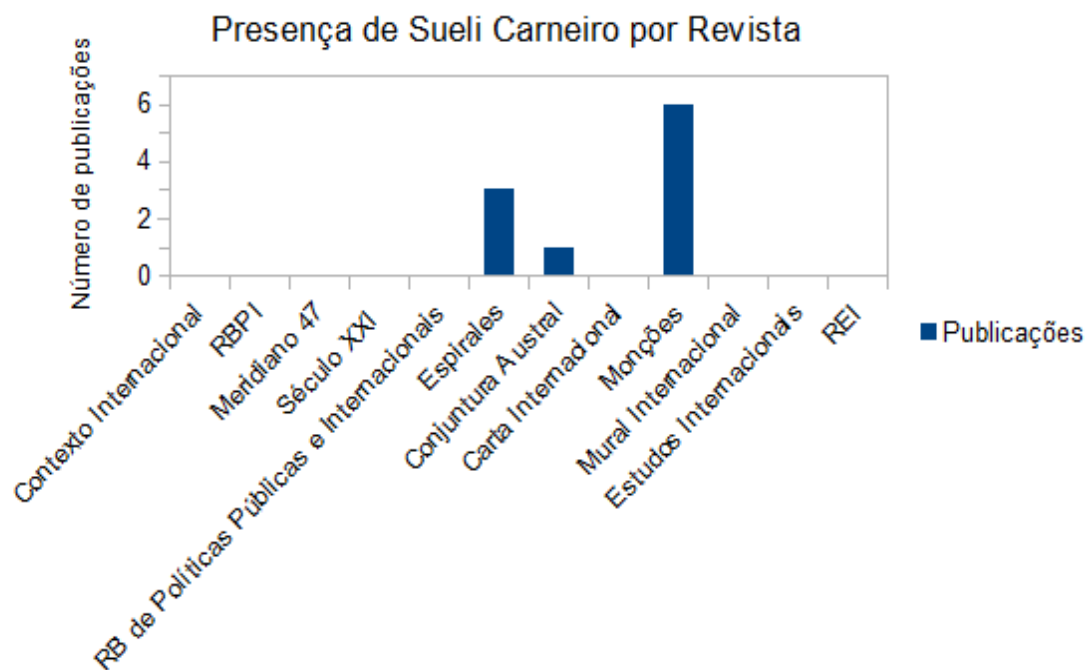


Gráfico 4: Presença de Epistemicídio por revista

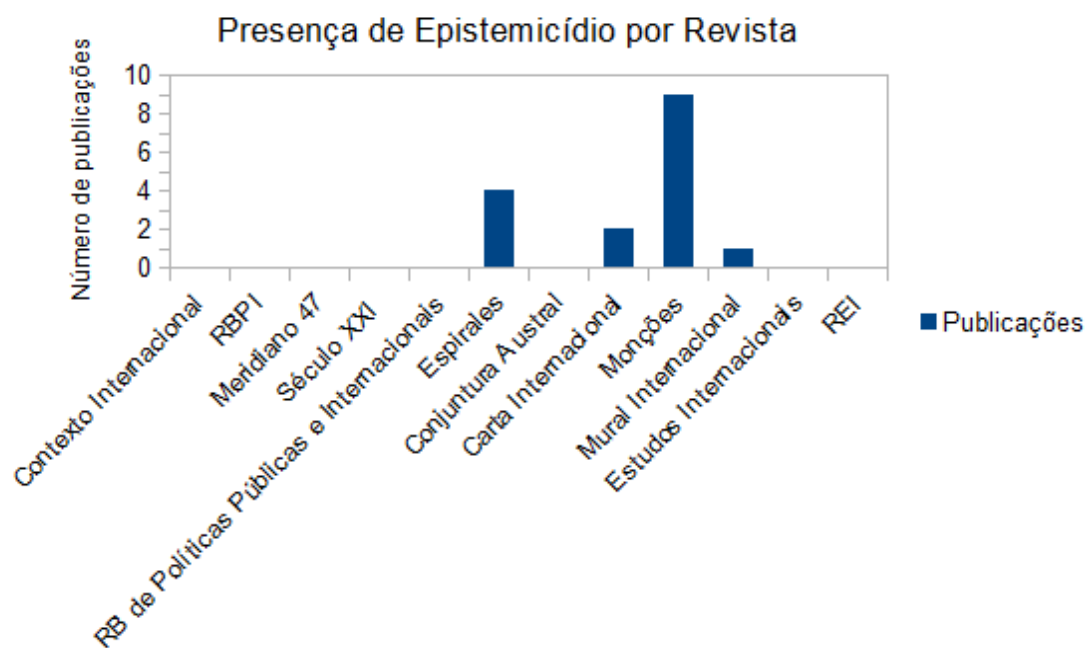


Gráfico 5: Presença de Carla Akotirene por revista

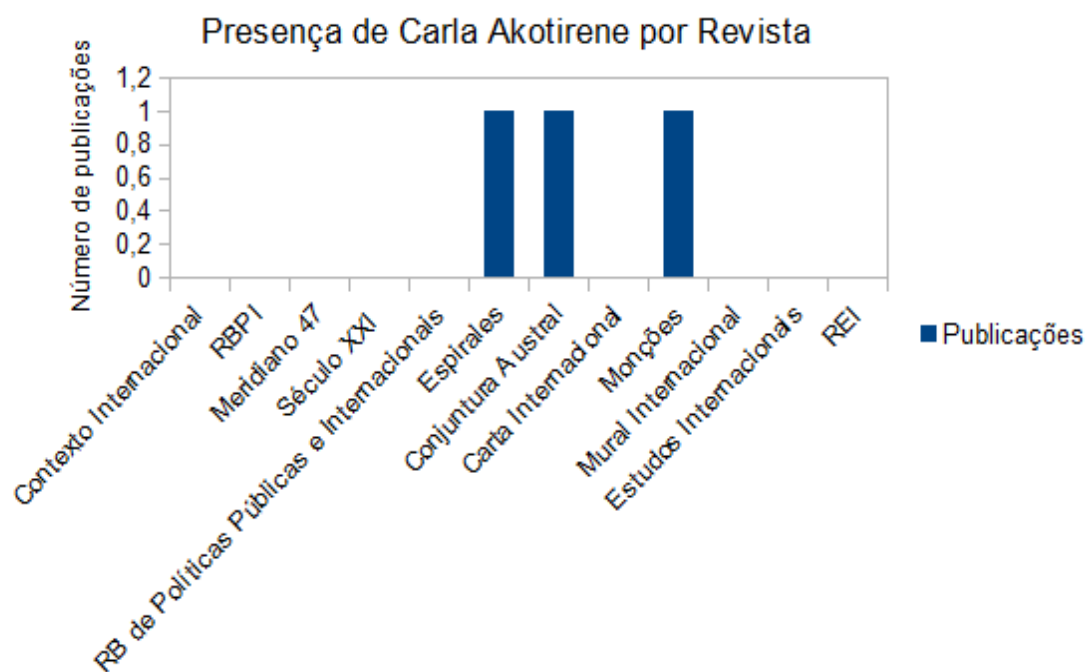
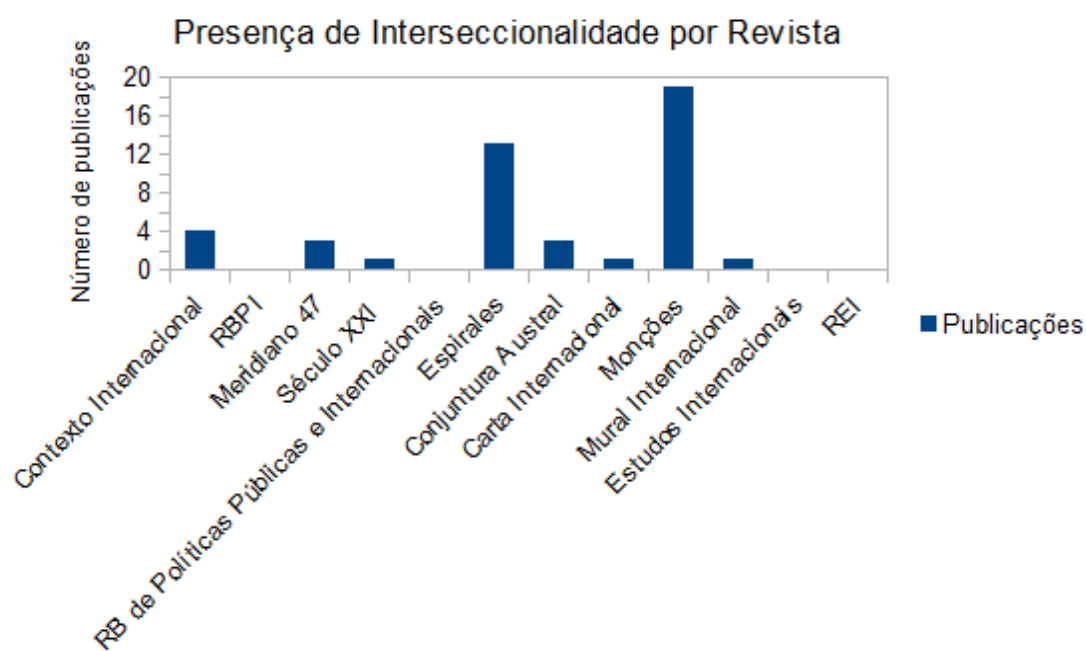


Gráfico 6: Presença de Interseccionalidade por revista



Para cumprir os objetivos deste trabalho, fez-se necessário alguns questionamentos. Ao considerar o total geral de publicações nas 12 revistas que é de 4.654, qual é o percentual de menções das autoras nas principais revistas de RI no Brasil? Considerando que González aparece em 28 publicações, seu percentual é de 0,60%, Carneiro em 10 publicações, sendo 0,21% e Akotirene com 3 publicações é igual a 0,06%. Concomitantemente, qual é o percentual de menções dos conceitos nas principais revistas de RI no Brasil? Quando fala-se em Amefricanidade, encontra-se 16 publicações sendo 0,34% do total, Epistemicídio com 16 publicações sendo apenas 0,34% e Interseccionalidade que está em 45 publicações mas que reflete em apenas 0,96%.

Ao analisar a frequência com que cada conceito e autora aparece em cada revista, é possível identificar diferenças significativas entre elas, sendo: as revistas com maior representatividade como Monções e Espirales que apresentam uma proporção relativamente maior de artigos que mencionam a interseccionalidade, por exemplo. Porém, quando comparadas ao número de publicações gerais, ainda assim percebe-se as lacunas presentes em relação à inclusão dessas pensadoras e conceitos nas publicações.

Proporcionalmente, destaca-se a Revista Espirales que com apenas 191 resultados gerais, obtendo um percentual de 61,7% de trabalhos dentro das temáticas (autoras e conceitos) que juntos somam 118. Seguindo essa mesma linha de pensamento, uma das que mais se destacou foi a Monções da UFGD, tendo um total de 386 trabalhos, resultando em 2,53% que citam de alguma forma os temas de pesquisa propostos neste trabalho, que apesar de não ter um número significativo de publicações, demonstrou, dedutivamente, mesmo que de forma tardia, um interesse em se tornar um espaço mais receptivo à inclusão de perspectivas interseccionais e decoloniais quando sua última edição, v. 12 n. 24 (2023), é nomeada “Racismos e Antirracismos nas/para as relações internacionais” abrindo espaço para trabalhos dentro destas temáticas.

Ademais, temos revistas com representatividade mínima ou ausente, como a Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, a Revista de Estudos Internacionais (REI) e a Estudos Internacionais (EI), que apresentam ausência completa de publicações relacionadas aos conceitos e as autoras estudadas, valendo ressaltar que juntas somam 716 resultados gerais e nenhuma com as respectivas temáticas. Isso evidencia a resistência de algumas revistas em integrar

essas perspectivas, contribuindo para a invisibilização de abordagens críticas e locais.

Os dados também mostram que a presença de “Interseccionalidade” aumentou nos anos mais recentes, especialmente de 2018 em diante, enquanto “Amefricanidade” e “Epistemicídio” ainda aparecem de maneira esporádica. Essa variação temporal sugere que a adoção dessas perspectivas está em um estágio inicial de crescimento, mas precisa de mais apoio institucional e acadêmico para se consolidar. Para isso, poderia se considerar políticas editoriais que fossem mais inclusivas, e que incentivassem artigos a incorporarem autores do Sul Geopolítico e conceitos críticos locais como os estudados nesta pesquisa, assim como, criar redes de apoio para pesquisadoras interessadas em estudar essas autoras e esses conceitos gerando visibilidade nas revistas e, também, promover incentivos para estudos que abordem esses temas, fomentando a exploração dessas áreas em suas produções.

Resumindo a ideia proposta, esta análise dos dados revela uma importante lacuna e a falta de incorporação das perspectivas e autoras negras nas pesquisas acadêmicas das Relações Internacionais no Brasil, demonstrando uma presença limitada de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carla Akotirene, além de conceitos fundamentais como Amefricanidade, Epistemicídio e Interseccionalidade, evidenciando a resistência à inclusão desses saberes no campo. Ainda assim, apesar de algumas poucas revistas demonstrarem um comprometimento que vem crescendo com a diversidade epistemológica e ganhando força em anos recentes, a predominância de abordagens eurocêntricas e teorias clássicas ainda prevalece na maioria das publicações, limitando o alcance de um conhecimento representativo e crítico das realidades locais e globais.

Em decorrência disso, destaca-se a grande disparidade nos percentuais, com menções ínfimas das autoras e dos conceitos analisados, que já era esperado pela autora desta pesquisa, porém não de forma tão alarmante, que aponta para uma estrutura editorial que não prioriza, de maneira abrangente, as contribuições das pensadoras feministas negras e das teorias decoloniais. Por isso, esse cenário evidencia a necessidade urgente de (des)colonizar o campo das Relações Internacionais no Brasil.

Portanto, o domínio dessas abordagens tradicionais sobre o campo representa o que muito se abordou nesta pesquisa, o epistemicídio, a exclusão sistemática de saberes e metodologias que vêm do Sul Geopolítico.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se investigar se as contribuições teóricas das pensadoras feministas negras: Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carla Akotirene estão presentes nas pesquisas acadêmicas das Relações Internacionais. Partindo de uma análise feminista e decolonial, a análise revelou que, apesar da relevância das autoras, elas têm sido historicamente silenciadas dentro desse campo acadêmico e que a exclusão delas reflete um padrão epistemicida, marcado pela hegemonia de perspectivas eurocêntricas que silencia saberes da América Latina.

Explorou-se ao longo dos capítulos o impacto das epistemologias dessas teóricas negras no campo das Ciências Sociais e, particularmente, nas Relações Internacionais no Brasil. Outrossim, a análise evidenciou como as respectivas autoras desafiaram as estruturas de poder academicistas estabelecidas e trouxeram essas novas perspectivas através de conceitos fundamentais para o entendimento das ciências sociais, podendo ser usadas nas RIs como amefricanidade, epistemicídio e interseccionalidade.

A Amefricanidade refere-se a uma descendência que vai além de africanos ou norte-americanos, sem deixar de lado a relevância da África nesse processo, mas também levando em consideração aqueles que já estavam aqui antes da chegada de Colombo, os ameríndios. Ou seja, o conceito traz à tona aquilo que a população negra brasileira ajudou a formar: a identidade cultural Afro-brasileira, se tratando não só sobre questões ideológicas, linguísticas e territoriais, mas sim uma categoria político-cultural. Portanto, a utilização do conceito dentro das universidades seria a valorização da identidade de povos amefricanos e uma forma de resistência contra-colonial.

Quanto ao Epistemicídio racial, discorre-se que é uma tentativa de apagar e deslegitimar o negro como produtor de conhecimento, sobretudo, o conhecimento de mulheres negras, já que segundo a autora a herança da violação colonial não seria diferente no espaço acadêmico. De acordo com isso, observou-se que a falta de acesso a educação no Brasil, e o fato de os “detentos do conhecimento” serem pessoas brancas, favorece ao apagamento e silenciamento de modelos de conhecimento africanos, indígenas, e por conseguinte, amefricanos, formando esse

epistemicídio racial que permeia as ciências sociais, sobretudo, as pesquisas das Relações Internacionais.

Ademais, notou-se que a interseccionalidade é de extrema importância para o movimento feminista negro e não é usado apenas por Akotirene, mas sim por todas as feministas negras utilizadas na seguinte pesquisa, pois caracteriza o feminismo negro brasileiro e enfatiza a necessidade de considerar as especificidades na luta das mulheres. Vale ressaltar que quando González aponta seu feminismo na América Latina, ela já aborda a questão interseccional ao considerar as múltiplas opressões sofridas por mulheres negras e ameríndias, pautadas no racismo e na desigualdade de gênero dentro dos movimentos sociais. Assim como Carneiro, que destaca a intersecção de racismo e sexismo dentro do ambiente acadêmico. Enquanto Akotirene reforça a ideia de que tanto nos movimentos sociais quanto no movimento feminista tradicional as mulheres negras ficam em segundo plano, por conta das opressões de gênero, de raça e classe. A ativista e intelectual faz isso aplicando a abordagem interseccional com enfoque na justiça social.

Posteriormente, explorou-se como as RIs no Brasil foram influenciadas por uma hegemonia intelectual que prioriza as teorias eurocêntricas e os autores clássicos, moldando o campo acadêmico desde sua consolidação no século XX nos preceitos euro-estadunidense. É importante dizer que o período de redemocratização foi de extrema importância para o crescimento e para a consolidação da área no país, especialmente na década de 1990, ligado às iniciativas de eventos, seminários e painéis voltados para a área e a criação de cursos e pós-graduações tratando especificamente de relações internacionais. Embora esse cenário eurocêntrico tenha começado a ser desafiado pelo terceiro debate teórico e pelo surgimento de abordagens críticas, a presença de diversidade epistemológica ainda é limitada, já que isso é reflexo de um processo histórico de exclusão de perspectivas locais.

Essa discussão evidenciou que a teoria decolonial e a teoria feminista estão interligadas ao abordarem e questionarem as estruturas de poder, as hierarquias e o conhecimento dentro da disciplina. Assim, a decolonialidade valoriza as narrativas dos povos colonizados a fim de modificar as formas dominantes de conhecimento, levando em consideração que todo conhecimento é influenciado pela perspectiva de quem o produz. Enquanto a feminista busca combater a desigualdade de gênero em todos os âmbitos, mas no contexto da presente pesquisa, especialmente entre as



mulheres negras e as diversas opressões vividas por elas, ressaltando a interação entre teoria e vivência e promovendo a manutenção do seu “Lugar de Fala”, característica constituinte do Movimento Feminista Negro.

Além do mais, no contexto brasileiro não se pode deixar de lado a violência física e epistêmica sofrida pela população negra, num país onde suas instituições são estruturadas por um sistema político forjado na branquitude. Por isso o papel do pensamento decolonial passa a ser a descolonização da estrutura racista que forma o Brasil e norteia as instituições, já que a colonialidade ainda permeia as sociedades atuais nas estruturas sociais, políticas, culturais e principalmente econômicas. Ademais, para que haja uma transformação social é preciso que as mulheres à margem sejam centrais nas agendas políticas e acadêmicas.

Ao analisar o diálogo existente entre as teorias e as intelectuais, notou-se que o pensamento decolonial feminista é formado pelas diferentes vertentes feministas de um lado, e pela teoria decolonial do outro. Afinal, a decolonialidade busca modificar as estruturas de poder e saber, enquanto as feministas problematizam as desigualdades de gênero dentro dessas estruturas, sobretudo, as pensadoras negras que interseccionam as questões de raça, classe, gênero e colonialismo. Juntas se tornam porta-vozes das mulheres amefricanas com base em suas escrituras, principalmente nas produções acadêmicas. O fato é que ambas denunciam a manutenção da superioridade branca, que apaga a herança cultural amefricana, as produções intelectuais e os posicionamentos dos povos marginalizados.

Ao final, observou-se qual é a presença e a falta dela, das autoras e conceitos, através de tabelas com dados coletados nas pesquisas das 12 principais revistas de relações internacionais no Brasil nos últimos 20 anos, com o auxílio do Softwer Publish or Parish. Em adição, foi necessário o emprego de gráficos ilustrando de forma simples os dados obtidos na seguinte pesquisa, que mostram a presença de cada autora e de cada conceito, conforme o número de presença em cada uma das revistas.

Em síntese, os resultados obtidos foram analisados através de dois questionamentos centrais para a pesquisa: qual é o percentual de menções das autoras nas principais revistas de RI no Brasil? E qual é o percentual de menções dos conceitos nas principais revistas de RI no Brasil? Considerando que o total geral de publicações nas 12 revistas é de 4.654. Respondendo a primeira pergunta, Lélia

Gonzalez está presente em 28 pesquisas, sendo 0,60% das publicações, Sueli Carneiro corresponde apenas a 0,21% em 10 pesquisas, e Carla Akotirene a impressionantes 0,06% com apenas 3 pesquisas citando-a. Com relação à segunda pergunta, temos Amefricanidade e Epistemicídio presentes em 16 publicações formando 0,34% do total de pesquisas e Interseccionalidade, que apesar de estar presente em um número maior de publicações soma um total de 0,96% no número geral.

É perceptível a diferença sobre a presença dos temas de pesquisa em cada revista, com Monções tendo um total de 386 trabalhos, resultando em 2,53% que citam de alguma forma os temas de pesquisa propostos e a revista Espirales com 191 resultados gerais, obtendo um percentual de 61,7% de trabalhos dentro das temáticas, autoras e conceitos, que juntas somam 118. Entretanto, quando comparado ao número geral nota-se que há lacunas presentes na inclusão das pensadoras e de seus termos dentro das pesquisas acadêmicas de relações internacionais no Brasil. Outro fator identificado foi o total de 716 publicações dentre 3 revistas que apresentam ausência completa dos temas abordados.

Por fim, a análise revelou que apesar da relevância dos temas descritos há um silenciamento histórico dentro do campo acadêmico em decorrência da herança euro-estadunidense que estrutura a disciplina, revelando a predominância das abordagens eurocêntricas e a consequente invisibilização das epistemologias do sul geopolítico. É notório que a maioria das revistas ainda resiste em integrar essas vozes, resultando em uma representatividade limitada nas produções científicas e reforçando o caráter epistemicida do campo das RIs, onde os saberes decoloniais e feministas permanecem marginalizados, dificultando o desenvolvimento de novas pesquisas que englobam essas temáticas contemporâneas. Ademais, a pesquisa bibliométrica realizada foi fundamental para evidenciar com dados concretos o baixo índice de inclusão existente, confirmando a necessidade de (des)colonizar as questões internacionalistas que são estruturalmente elitizadas.

Diante desses achados, é importante ressaltar que durante a construção dessa pesquisa não encontrou-se grandes limitações em revisão de literatura que contribuísse para a parte teórica da pesquisa, porém, a grande maioria da construção metodológica estrutura-se em pesquisas publicadas em outras revistas e periódicos dentro do campo das ciências sociais, como antropologia, história, sociologia, entre outras. Ou seja, isso significa que há produções relevantes sobre a

respectiva temática, e ela só é pouco presente nas pesquisas das Relações Internacionais, o que torna evidente a necessidade de promover políticas editoriais que ampliem a diversidade epistemológica dentro deste campo específico, tratando-se das RI. Assim, estudos futuros poderiam investigar a aplicação de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carla Akotirene em contextos internacionais, ampliando a análise para outros países da América Latina e fomentando sua utilização e ampliação também em contexto nacional.

Parafrazeando Carla Akotirene, eu escrevo na primeira pessoa, como autora desta pesquisa e mulher negra, alinhamento à esquerda, sem recuo da minha ancestralidade africana, na esperança que este trabalho inspire novos olhares nesse campo e abra espaço para novas perspectivas nas Relações Internacionais.

## 6. REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade -- São Paulo: Sueli Carneiro; editora Pólen, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Ó pa í, prezada**. BOD GmbH DE, 2020.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. **Afro-Ásia**, n. 23, p. 0, 1999.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.

BARASUOL, Fernanda Barth. Teorias de relações internacionais no Brasil: Tendências e desafios no ensino e na pesquisa. 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/70027>.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista interdisciplinar científica aplicada**, v. 2, n. 3, p. 1-13, 2008. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17591>.

CARNEIRO, Sueli. Sueli Carneiro. *Intelectualidades Negras Brasileiras*, p. 51, 2018. Disponível em: [Caderno Intelectualidades Negras Brasileiras ed.46.pdf \(africaeaficanidades.com.br\)](#).

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, v. 17, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf>.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, 2003. Disponível em: [CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf \(patriciamagno.com.br\)](#).

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.

DA SILVA, ANDRÉIA ROSENIR. O Estudo De Gênero Nas Relações Internacionais e a ONU: Mulheres No Brasil. **DIREITO INTERNACIONAL**, p. 123, 2011.

CASTRO, Susana. Origem e ideias centrais. In. *Dossiê Digital: O que é o feminismo decolonial*. Cult – 262. 2020, s.p.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista brasileira de política internacional**, v. 46, p. 5-25, 2003. <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/zbz5ycSxKHRYZCRpkPqRyGF/?lang=pt>.

CORRÊA, Ester. Itinerários de mulheres negras na antropologia: pensando viagens

com Zora Hurston e Lélia Gonzalez. **Ayé: Revista de Antropologia**, v. 3, n. 01, 2021.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologia feminista a partir do feminismo decolonial. In. HOLLANDA, Heloisa B. *Pensamento Feminista hoje: Perspectiva decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 120-139. Disponível em: [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras\\_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista-hoje\\_-\\_perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo-2020.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista-hoje_-_perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo-2020.pdf).

CURIEL Pichardo, Rosa Ynés Ochy. *Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. Teoría y pensamiento feminista*, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/75231>.

DE SOUZA SILVA, Karine. “Esse silêncio todo me atordoia”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa**, v. 58, n. 229, p. 37-55, 2021. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/596824>.

DE OLIVEIRA DIAS, Luciana; DE CASTRO, Ana Luísa Machado. Mulheres negras nas universidades e saberes decoloniais: por uma teorização de um pensamento feminista negro. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 9, n. 17, p. 535-561, 2020.

DE OLIVEIRA ESPANHOL, Carla; DE JANEIRO, Estado do Rio. O PENSAMENTO DECOLONIAL COMO PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA NOS DEBATES TEÓRICOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Disponível em: [https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498419261\\_ARQUIVO\\_AR\\_TIGOABRI2017-CarlaEspanhol.pdf](https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498419261_ARQUIVO_AR_TIGOABRI2017-CarlaEspanhol.pdf).

DO NASCIMENTO, Danielle Gonçalves Passos. 2022. Os conceitos e as Teorias das Relações Internacionais: A amefricanidade da teórica brasileira Lélia Gonzalez sob uma ótica ampla do internacional. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2022/danielle-goncalves-passos-do-nascimento.pdf>.

FERNÁNDEZ, Marta. As Relações Internacionais e seus epistemicídios. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, n. 15, p. 458-485, 2019. Disponível em: [As Relações Internacionais e seus epistemicídios | Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD](#).

GELEDÉS Portal. **O QUE É INTERSECCIONALIDADE?**. 08 Set. 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/>. Acesso em: 02 Jul. 2024.

GONZÁLEZ, L.; RIOS, F.; LIMA, M. (org.) **Por um feminismo Afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista ciências sociais hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GONÇALVES, Williams; MONTEIRO, Leonardo Valente. O MONOPÓLIO DAS TEORIAS ANGLO SAXÃS NO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **SÉCULO XXI: Revista de Relações Internacionais-ESPM-POA**, v. 6, n. 1, p. 53-70, 2015.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. UFRGS. Ed, 2007.  
GONZÁLEZ, L.; RIOS, F.; LIMA, M. (org.) **Por um feminismo Afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HERZ, Mônica. O crescimento da área de relações internacionais no Brasil. **Contexto internacional**, v. 24, p. 7-40, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/dTq3jbQQtT7DgRDjx65Pwgt/>.

HERZ, Monica; HOFFMANN, A. Organizações Internacionais—história e práticas. Rio de Janeiro: Ed. 2004.

IRINEU, Bruna Andrade. GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO VIOLÊNCIA EPISTÊMICA E PÂNICO MORAL EM TEMPOS DE RECRUDESCIMENTO DO CONSERVADORISMO. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.

KILOMBA, grada “DESCOLONIZANDO O CONHECIMENTO Uma Palestra-Performance de Grada Kilomba” Tradução: Jessica Oliveira - Disponível em: [GI\\_Grada\\_NOVO \(wordpress.com\)](https://www.wordpress.com). Acesso: 20 Jun 2024.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, p. e56509, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/>.

LEAL, Halina. Feminismo negro. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 6, n. 3, p. 16-23, 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2020/03/PDF-Feminismo-Negro.pdf>.

LESSA, Antônio Carlos. “Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação”. In: *Rev. Bras. Polít. Int.* 48 (2), 2005, pp. 169-184.

LIMA, Fernanda da Silva; SILVA, Karine de souza. **Teorias Críticas e estudos Pós e Decoloniais à brasileira: quando a branquitude acadêmica silencia raça e gênero**. 2020. *Revista Empório decolonial*. Disponível em: [https://www.academia.edu/43443449/Teorias\\_Cr%C3%ADticas\\_e\\_estudos\\_P%C3%93\\_e\\_Decoloniais\\_%C3%A0\\_brasileira:\\_quando\\_a\\_branquitude\\_acad%C3%94mica\\_silencia\\_ra%C3%A7a\\_e\\_g%C3%AAnero](https://www.academia.edu/43443449/Teorias_Cr%C3%ADticas_e_estudos_P%C3%93_e_Decoloniais_%C3%A0_brasileira:_quando_a_branquitude_acad%C3%94mica_silencia_ra%C3%A7a_e_g%C3%AAnero)

[B3s e Decoloniais %C3%A0 brasileira quando a branquitude acad%C3%A0mic a silencia ra%C3%A7a e g%C3%A0nero.](#)

LOURENÇO, Ana Paula Pires. Continuo Preta: a vida de Sueli Carneiro, de Bianca Santana: Recebendo o bastão de Sueli Carneiro. **Lutas Sociais**, v. 26, n. 49, p. 352-359, 2022.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/>.

MEDEIROS, Gilmar Joane Macêdo de. Por um feminismo decolonial: a leitura antipatriarcal, anticapitalista, antirracista de Françoise Vergès. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/jBDCNQDSdyzXMK6NRGnTVst/>.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. **Revista de sociologia e política**, p. 83-98, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/jML5tmkMMfZZ8Hxx7LXJtzQ/>.

MORTARI, Claudia; WITTMANN, Luisa Tombini. Narrativas Insurgentes: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020b. (Selo Nyota, Coleção AYA, v. 1), 2020.

MULHERES de Luta. **Lélia Gonzalez e o conceito de amefricanidade**. 29 out. 2022. Disponível em: <https://www.mulheresdeluta.com.br/lelia-gonzalez-e-o-conceito-de-amefricanidade/>. Acesso em: 02 Jul. 2024.

MULLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço. Apresentação In: Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

NASCIMENTO, Danielle Gonçalves Passos do. Mas, afinal, os conceitos importam? o conceito político-cultural “amefricanidade” de Lélia Gonzalez e as Teorias das Relações Internacionais. 2021. Disponível em: [Danielle\\_Gonçalves\\_Passos\\_Nascimento.pdf \(ufs.br\)](#).

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Perspectivas alternativas: feminismo e pós colonialismo. In: NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. Teoria das relações internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005. p. 221-231.

OLIVEIRA, Roberto Dalmo Varallo Lima de; SALGADO, Stephanie Di Chiara. A Educação em Direitos Humanos no Ensino de Ciências em interface com a teoria do Giro Decolonial: uma análise. **Ensino em Revista**, v. 27, n. 2, p. 698-726, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/54071>.

OLIVEIRA, Ian Luiz da Costa. O movimento feminista nas relações internacionais. 2018. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/275>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.  
**LANDER, E. A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.**

RATTS, Alex & RIOS, Flávia. Lélia Gonzalez. 1ª. Ed. São Paulo: Selo Negro, 2010.

ROCHA, Elizabete Sanches; GÓES, Virginia Santiago dos Santos. Culturas e epistemologias do Sul: as relações internacionais traduzidas pelos movimentos sociais da América Latina. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, p. 367-381, 2013.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. *Educação & Realidade*, v. 43, p. 949-967, 2018.

VARGAS, Mojana; CASTRO, Aline Contti. O ensino e a pesquisa em relações internacionais no Brasil-sentidos e desafios da decolonialidade. **Oasis**, n. 32, p. 125-150, 2020. Disponível em:  
<https://www.redalyc.org/journal/531/53165178009/53165178009.pdf>.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Ubu Editora, 2020.

VIGEVANI, Tullo; THOMÁZ, Laís Forti; LEITE, Lucas Batista. As Relações Internacionais no Brasil: notas sobre o início de sua institucionalização. **Inter-Relações**, p. 5-11, 2014. Disponível em:  
<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/c0b9c04f-cd7b-440e-bf34-02792560514d/content>.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970-1990. 2006. [Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970-1990 | Rio de Janeiro: s.n.; 2006. 247 p. ilus. | BVSPS | FIOCRUZ \(bvsalud.org\)](#).

VIANA, Laila Gleyce Santos. O pessoal é internacional: feminismo negro e relações internacionais. 2016. Disponível em:  
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/10853>.